

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CRISTIANE MICHELETTE DE MATOS

DINÂMICA SOCIAL E POLÍTICA DE COMUNIDADES PESQUEIRAS DESCRITAS
SOB O OLHAR DA TEORIA DO CAPITAL SOCIAL: A ANÁLISE DAS RELAÇÕES
SOCIAIS DA COMUNIDADE DO ALMEIDA NO COMPLEXO ESTUARINO DE
PARANAGUÁ-PARANÁ

PONTAL DO PARANÁ

2017

CRISTIANE MICHELETTE DE MATOS

DINÂMICA SOCIAL E POLÍTICA DE COMUNIDADES PESQUEIRAS DESCRITAS
SOB O OLHAR DA TEORIA DO CAPITAL SOCIAL: A ANÁLISE DAS RELAÇÕES
SOCIAIS DA COMUNIDADE DO ALMEIDA NO COMPLEXO ESTUARINO DE
PARANAGUÁ-PARANÁ

Monografia apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de bacharel em
Oceanografia, Setor de Ciências da Terra,
Centro de Estudos do Mar, Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pereira Medeiros

Orientadora: Msc. Giovanna Barreto

PONTAL DO PARANÁ

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE:
UFPR / SiBi - Biblioteca do Centro de Estudos do Mar
Elda Lopes Lira – CRB 9/1295

Matos, Cristiane Michelette

M433d Dinâmica social política de comunidades pesqueiras descritas sob o olhar da teoria do capital social: a análise das relações sociais da Comunidade do Almeida no Complexo Estuarino de Paranaguá - PR. / Cristiane Michelette Matos. – Pontal do Paraná, 2017. 58f.: il.; 29 cm.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Pereira Medeiros.

Orientador(a): Profa. Msc. Giovanna Barreto

Monografia (Graduação) – Curso de Oceanografia, Centro de Estudos do Mar, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

1. Relações sociais. 2. Pesca artesanal. 3. Capital social. 4. Comunidade. I. Título. II. Medeiros, Rodrigo Pereira. III. Universidade Federal do Paraná.

CDD 333.72

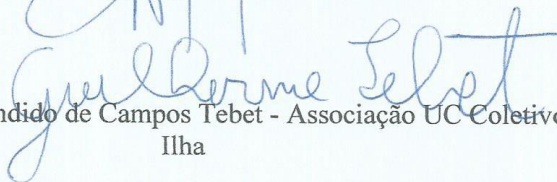
TERMO DE APROVAÇÃO

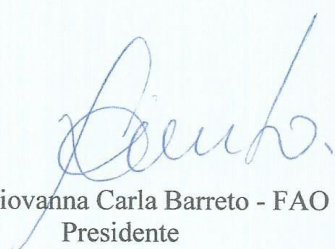
Cristiane Michelette de Matos

**“DINÂMICA SOCIAL E POLÍTICA DE COMUNIDADES
PESQUEIRAS: O PAPEL DOS REPRESENTANTES E LÍDERES
COMUNITÁRIOS NA GESTÃO DE ÁREAS MARINHAS
PROTEGIDAS (AMPS).”**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Oceanografia, da Universidade Federal do Paraná, pela
Comissão formada pelos professores:


Prof.º Dr.º Rodrigo Pereira Medeiros


MSc. Guilherme Cândido de Campos Tebet - Associação UC Coletivo da
Ilha


MSc. Giovanna Carla Barreto - FAO
Presidente

Pontal do Paraná, 04/12/2017

“(...) Tudo que está escrito deve ser relativizado, pois os caminhos só farão sentido para outras experiências pessoais e coletivas quando forem reconstruídos, adequados e aprimorados de dentro para fora, em processos coletivos e também interiores de cada pessoa.” (NETO; MESSERSCHIMIDT; STEENBOCK E MONNERAT)

Aos pescadores e a sua luta pelo seu espaço e seus modos de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a divindade presente em cada pessoa e em todas as coisas. À Universidade, ao corpo docente, aos familiares e amigos, colegas e funcionários que fizeram parte do meu cotidiano e da minha aprendizagem, contribuindo com o meu crescimento e discernimento do que faz sentido e do que não faz sentido no meu viver comigo e na convivência com os outros.

Agradeço ao Prof. Dr. Rodrigo Medeiros por trabalhar com a gestão adaptativa uma abordagem que encanta pela sua busca da conexão homem-natureza, que nos leva ao nosso interior a procura dos valores da escuta, da compaixão, do respeito, da felicidade e do amor por nós, pelos outros e pela natureza; a sua orientação em busca da ciência que trabalha com as pessoas e a natureza num constante aprender fazendo; a liberdade de estudo e por me estimular a primeiramente olhar para o conhecimento que eu já tinha conciliando-o com o científico, por permitir priorizar o meu aprendizado e por sua compreensão em momentos importantes da minha vida.

Agradeço a Giovanna Barreto que com sua sabedoria e carinho me orientou e foi essencial na minha caminhada como graduanda e também esteve presente em momentos importantes da minha vida.

Agradeço ao Guilherme Tebet que apesar das poucas vezes que interagimos suas considerações foram essenciais.

Agradeço aos amigos queridos, a Blanka, a Cássia, a Isa (Isabeli), a Ari (Ariana), o Silvio, o Gabriel, a Lúgia e a Andressa que mesmo eu não sendo muito próxima me apoiaram nos momentos de dificuldades.

Agradeço ao NESPAMP que é um laboratório que encanta pelas pessoas que fazem parte dele, pelos seus princípios e o modo de aprender.

Dedico esta conquista, aos meus amados pais, Marilda e Carlos (in memoriam), minhas irmãs Lisiane, Luciana e Dayane, aos meus cunhados Evaldo e Herbert, ao meu querido sobrinho David Henrique e a minha querida sobrinha Kiara. Meus melhores e maiores presentes!!!

RESUMO

Esta pesquisa descreve as interações intracomunitárias, intercomunitárias e local-externas da comunidade do Almeida, localizada no interior do Complexo Estuarino de Paranaguá, Brasil. Esta comunidade foi escolhida como estudo de caso por apresentar alta dependência da pesca de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), uma atividade regulada após a criação da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (ESEC), uma unidade de conservação de proteção integral. O objetivo da pesquisa foi delinear os desafios e potencialidades da gestão compartilhada da pesca artesanal em áreas marinhas protegidas (AMPs). A análise foi feita por meio de revisão da literatura com foco no capital social das relações entre os atores locais e entre os atores locais e atores externos da comunidade do Almeida. A partir dos dados descritos, foi possível mapear os atores-chave envolvidos na gestão da ESEC de Guaraqueçaba. Ficou evidente que a heterogeneidade e instabilidade inerente às relações sociais são agravadas pela influência direta dos arranjos institucionais muitas vezes inadequados, que podem fortalecer e enfraquecer o capital social local conforme o jogo de interesses dos atores envolvidos. Por fim, constatou-se a necessidade de reavaliar medidas de gestão constantemente e subsidiar pesquisas a respeito do capital social, elementos fundamentais para melhorar o manejo da pesca e das AMPs.

Palavras – chave: relações sociais; pesca artesanal; capital social; comunidade; áreas marinhas protegidas

ABSTRACT

This research describes the intra-community, intercommunity and local-external interactions of the Almeida community, located within the Estuarine Complex of Paranaguá, Brazil. This community was chosen as a case study because of its high dependence on the crab fishery (*Ucides cordatus*), a regulated activity since the creation of the Ecological Station of Guaraqueçaba (ESEC), a protected area of full protection. The objective of the research was to outline the challenges and potentialities of artisanal fisheries co-management in marine protected areas (MPAs). The analysis was performed through a review of the literature focused on the social capital of relationships among local stakeholders and among local and external stakeholders of Almeida community. From the data described, it was possible to map the key stakeholders involved in the management of the ESEC of Guaraqueçaba. It became evident that the heterogeneity and instability inherent in social relationships are damaged by the direct influence of often inadequate institutional arrangements that can strengthen and weaken local social capital according to the stakeholder interests involved. Finally, it was identified the need to constantly reassess management measures and support research on social capital, all fundamental elements to improve the management of fisheries and MPAs.

Keywords: social relationships; artisanal fishing; social capital; community; protected marine area

ILUSTRAÇÃO

FIGURA 1 - ÁREA DE ESTUDO COM AS DEMARCAÇÕES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	27
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - MATRIZ DE CAPITAL SOCIAL PROPOSTA POR MEDEIROS (2009) ADAPTADA DE OSTROM (2005), PRETTY E WARD (2001) E STONE (2001) E ADAPTADA PARA ESTA PESQUISA PELA AUTORA.....	29
TABELA 2 - DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DA COMUNIDADE DO ALMEIDA.....	30

LISTA DE SIGLAS

AMAIR - Associação dos Maricultores da Ilha Rasa

AMP – Área Marinha Protegida

CEM– Centro de Estudos do Mar

CEP – Complexo Estuarino de Paranaguá

CEPSUL- Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul

COSEC - Conselho da Estação Ecológica de Guaraqueçaba

CTP-Câmara Técnica de Pesca

ESEC – Estação Ecológica

IAP - Instituto Ambiental Paranaense

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

NESPAMP – Núcleo de Estudos em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegida

SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente do Governo Federal

SocMon - Socioeconomic Monitoring Program for Coastal Managers

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 A importância crescente das Áreas Marinhas Protegidas (AMPs)	15
1.1.2 A presença de Unidades de Conservação (UCs) e as restrições na região de Guaraqueçaba	17
1.1.3 Conflitos oriundos da exclusão das dimensões humanas	19
1.2 Discussão sobre o caranguejo	20
1.3 A complexidade da pesca artesanal	21
2 OBJETIVO DE PESQUISA	24
2.1 Objetivos Específicos	24
3 ENFOQUE ANALÍTICO	24
4 ÁREA DE ESTUDO E MÉTODO	26
5 RESULTADO	30
5.1 Formas de capital social	30
a) <i>Conexões locais</i>	31
b) <i>Conexões local-local</i>	33
c) <i>Conexões local-externo</i>	35
6 DISCUSSÃO	43
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
9 ANEXOS	52

1 INTRODUÇÃO

O ambiente costeiro espaço que abriga uma riqueza social e ecológica de forma concentrada (FARACO, 2012), possui complexa dinâmica socioecológica (DUMITH, 2012), marcada por diversas práticas econômicas, sociais e simbólicas, onde vive parte significativa da população mundial em presença de ecossistemas diversos e produtivos (FARACO, 2012). As áreas marinhas protegidas (AMPs), são um dispositivo legal para gestão costeira e possuem um valor que perpassam a biodiversidade alcançando diversos valores como: cultural, social, científico, genético, educacional, econômico, recreacional e estético (CBD, 2004).

No Brasil, as áreas protegidas são áreas delimitadas geograficamente com o propósito de alcançar objetivos de conservação (CBD, 2004). Dentre essas áreas encontram-se as terras indígenas e quilombolas, os mosaicos, os corredores ecológicos e as Unidades de Conservação (UCs) (MMA; BRASIL, 2006). A gestão das UCs é regulamentada pela lei nº 9985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades Conservação. Quando implantadas em regiões onde há comunidades tradicionais e estas passam a viver dentro dos limites das AMPs ou no seu entorno, compreender a dinâmica sociopolítica das comunidades pode ser desafiador devido à multiplicidade de atores envolvidos, serviços ecossistêmicos, políticas, práticas culturais e econômicas (CBD, 2004).

A comunidade do Almeida localizada no entorno da Estação Ecológica (ESEC) de Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná, foi escolhida para o estudo por ser uma das comunidades mais dependentes da pesca do caranguejo-uçá, pescaria regulada após a criação da unidade de conservação de proteção integral. Para compreender a dinâmica social e política das comunidades pesqueiras e os impactos nos modos de vida de comunidades presentes em regiões em que houve a implantação de UCs, a temática foi abordada de modo a descrever as relações sociais existentes através das suas conexões e interações com base no conceito de capital social.

O capital social, neste trabalho, foi abordado como processos de construção de ações coletivas através do estabelecimento de arranjos institucionais formais e informais que estruturam as relações sociais (STEIN, 2003). Possui uma importante função para moldar, unir e manter a qualidade das interações sociais vinculando-se à confiança e ao engajamento cívico (CONSTANZA *et al.* 2003; BAQUERO, 2003).

As diferentes formas de organização social estão diretamente associadas ao fortalecimento ou diminuição do capital social. O capital social pode favorecer ações sinérgicas e cooperativas entre os comunitários e os agentes externos e governamentais de forma a abrir oportunidades para a adaptação das políticas e leis às transformações sociais, culturais, tecnológicas e ecológicas locais. Diversos fatores podem levar ao fortalecimento do capital social e/ou à sua diminuição conforme o arranjo institucional e formação de redes que facilitem as ações coletivas (fortalecendo o capital social), ou ações coletivas excludentes, nas quais o jogo de interesses de grupos externos acaba sendo favorecido, levando à desintegração das relações de confiança (diminuição do capital social). Na gestão da pesca e de áreas marinhas protegidas os pontos de referência dos processos de formação de capital social recaem sobre o papel exercido pelas normas formais e informais, a arquitetura dos arranjos institucionais e os valores e visões de mundo a respeito dos ecossistemas e usos dos recursos comuns (MEDEIROS, 2009).

A análise foi feita por meio de revisão da literatura e buscou descrever os atores envolvidos na gestão dos recursos naturais da Estação Ecológica de Guaraqueçaba, refletindo sobre o processo de gestão que se pretende integrado.

1.1 A importância crescente das Áreas Marinhas Protegidas (AMPs)

As áreas marinhas protegidas (AMP) vem sendo incentivadas como um instrumento estratégico para a conservação da biodiversidade, do habitat marinho e também para a manutenção e recuperação de estoques pesqueiros (DUMITH, 2012). DUDLEY (2008, p.56), propõe o uso da definição de AMP proposta por KELLEHER (1999):

“Any area of intertidal or subtidal terrain, together with its overlying water and associated flora, fauna, historical and cultural features, which has been reserved by law or other effective means to protect part or all of the enclosed environment.”

Pensar a AMP perpassa o seu valor intrínseco de biodiversidade, tendo em consideração diversos outros aspectos importantes no desenvolvimento de funções socioecológicas como a manutenção de ciclos hidrológicos; a limpeza da água e ar que mantém a composição da atmosfera; a regulação do clima; o armazenamento e ciclagem de nutrientes essenciais, absorvendo e desintoxicando poluentes de origem humana; o fornecimento de materiais, medicamentos, bioquímicos e

genéticos, genes, plantas; a possibilidade de exercer atividades de turismo e recreação; a satisfação de necessidades espirituais e culturais; o fornecimento de fontes de beleza e inspiração; e também de proporcionar oportunidades de investigação científica (CBD, 2004).

No Brasil, as UCs receberam definição análoga à definição de Áreas Protegidas estabelecida pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), através da Lei nº 9.985/2000, art. 2º, inciso I, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como:

“o espaço territorial legalmente definido e seus recursos ambientais, dotado de atributos naturais relevantes, instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação (BRASIL, 2000).”

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - instituído pela a lei nº 9.985/ 2000 que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação federais, distritais, estaduais e municipais (BRASIL, 2000) - classificou as Unidades de Conservação em dois grupos, as Unidades de Proteção Integral, que têm por objetivo a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos ambientais ao qual faz parte a Estação Ecológica (ESEC), a Reserva Biológica (REBIO), o Parque Nacional (PARNA), o Monumento Natural (MONA) e o Refúgio de Vida Silvestre (REVIS); e as Unidades de Uso Sustentável, que têm por objetivo a compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos ambientais ao qual faz parte a Área de Proteção Ambiental (APA), a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), a Floresta Nacional (FLONA), a Reserva Extrativista (RESEX), a Reserva de Fauna (REFAU), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, 2000).

Ao incorporar a participação popular na criação, implementação e gestão dessas áreas e ao legitimar a presença das populações tradicionais em categorias específicas de UCs, reiterando a importância da educação ambiental, o SNUC propõe avanços na legislação anterior sobre áreas protegidas (FARO, 2012).

A gestão das Unidades de Conservação possui como propósito a equilibrada coordenação dos componentes técnicos e operacionais (recursos humanos, materiais, financeiros) e os diversos atores sociais que afetam o desenvolvimento da área. Para que haja eficácia no alcance dos objetivos para os quais a unidade foi criada e a manutenção da produtividade dos ecossistemas abrangidos, têm-se como

instrumentos básicos os Planos de Manejo (ou Planos de Gestão) e os Conselhos Gestores (FARO, 2012). A Lei nº 9.985/2000 (que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação) regulamentada pelo Decreto nº 4340, de agosto de 2002 define o Plano de Manejo como um documento técnico mediante o qual é estabelecido o zoneamento e as normas de uso da área e o manejo dos recursos naturais. É uma ferramenta reconhecida internacionalmente, fundamental para a gestão. Possui o propósito de cumprir os objetivos estabelecidos em sua criação conforme a categoria da UC, podendo definir procedimentos para lidar com programas de uso público, pesquisa, proteção, monitoramento, comunicação, objetivos específicos de manejo dos recursos naturais da UC orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado, dentre outros (BRASIL, 2002).

Sobre o conselho gestor, o Decreto nº 4340/2002 é um espaço de articulação e discussão que pode ser consultivo ou deliberativo que visa integrar a unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno; acompanhar todas as etapas relacionadas ao desenvolvimento e implementação do Plano de Manejo; busca a compatibilização dos interesses dos diversos segmentos sociais envolvidos com a UC; avalia o orçamento e relatório financeiro da UC; manifesta-se a respeito de atividades potencialmente geradoras de impacto; dentre outras (BRASIL, 2002).

1.1.2 A presença de Unidades de Conservação (UCs) e as restrições na região de Guaraqueçaba

A região de Guaraqueçaba no litoral norte do Paraná integra os últimos remanescentes da Floresta Atlântica parte do Patrimônio Nacional; na porção norte-oriental do Estado do Paraná encontra-se a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e da Zona Costeira (IBAMA, 1995). Sendo uma importante área a ser conservada, em 1982 pelo decreto nº 87222 foi criada a Estação Ecológica (ESEC) de Guaraqueçaba, em 1989 foi criado o Parque Nacional de Superagui pelo decreto nº 97688 e em 1985 pelo decreto nº 90883 foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba (BRASIL, 1982; BRASIL, 1985; BRASIL, 1989; ROCHA, 2015).

A implementação de áreas protegidas na região do litoral do Paraná e de São Paulo foi motivada pela necessidade de medidas paliativas referentes à

degradação ambiental, decorrente da industrialização que se acelerava, e contra a violência e expropriação da terra de pequenos proprietários por grileiros, algo que estava ocorrendo em ambos os estados (ROCHA, 2015).

Com a criação das UCs os modos de vida das populações locais foram se transformando em função da ausência de uma política de desenvolvimento rural que contemplasse outras possibilidades para os agricultores e moradores rurais (ZANONI *et al.* 2000). A coexistência destas UCs na região de Guaraqueçaba, juntamente com a densa e superposta legislação ambiental, fez com que os moradores convivessem com a confusa sobreposição de diversas leis proibitivas e restritivas (ZANONI, *et al.* 2000; TEIXEIRA, 2003; ROCHA 2015). Foi criado um cenário de ações policiais contra a população, por parte de vários órgãos ambientais, quando da implementação desse dispositivo legal (ROCHA, 2015).

(...) criou-se toda uma forma de abordar a questão ambiental por parte dos poderes públicos e entidades de preservação ambiental que, além de restringir as possibilidades de desenvolvimento das comunidades locais, criminaliza suas atividades produtivas, provocando um sentimento de rejeição a qualquer ação em prol da preservação da natureza (ZANONI *et al.*, 2000, p.53).

A instituição de instrumentos legais, principalmente a APA de Guaraqueçaba e o Parque Nacional do Superagui, resultou em impactos sociais, culturais e econômicos sobre a população de Guaraqueçaba, decorrentes da desconsideração do contexto local, o que agravou os conflitos gerados pelas políticas ambientais aplicadas no município (ROCHADELLI *et al.* 2013).

Na ESEC de Guaraqueçaba, o contexto não é diferente, pois são proibidos, dentre as práticas tradicionais existentes: a presença de rebanhos de animais domésticos de propriedade particular; porte e uso de armas de qualquer tipo; porte e uso de instrumentos de corte de árvores; porte de uso de redes de captura de animais e outros artefatos (IBAMA, 2005¹ *apud* PINHO, 2006).

O decreto de criação da APA de Guaraqueçaba, artigo 6º, lista as seguintes proibições: a implantação de indústrias em que suas atividades possam afetar mananciais de água; a realização de terraplanagem e aberturas de canais que possam gerar alterações sensíveis das condições ecológicas locais; atividades que possam acelerar e provocar erosão das terras ou o assoreamento hídrico; atividades que possam levar a extinção de espécies raras (papagaio-de-rabo-vermelho,

¹ IBAMA-PR. 2005. Guaraqueçaba. APA, ARIE e ESEC. Site: <http://geocities.yahoo.com.br/ibamapr/guaraquecaba.htm>.

macuco, jaó, jacutinga, onça pintada...); uso de biocidas em desacordo com as normas técnicas oficiais (BRASIL, 1985).

Segundo Pinho (2006, p.105) o rol dos aspectos negativos relacionados à criação e à gestão da APA de forma sintética são:

O desconhecimento da realidade socioambiental da região (regras desconectadas da realidade); a ausência de um plano de comunicação dos objetivos e das regras de funcionamento da APA; a atitude agressiva dos órgãos de fiscalização; a ênfase concedida à proteção da natureza em detrimento da qualidade de vida dos nativos; e os obstáculos à reprodução material e sociocultural criados pela introdução dos novos instrumentos jurídicos (regras excessivamente proibitivas).

Rochadelli, et al. (2013) mostram que culturalmente a criação da APA teve um efeito contrário.

A criação da APA apresentou um efeito contrário aos seus objetivos, no que se refere à questão cultural. Acentuou-se a desarticulação das práticas culturais tradicionais que já vinham sofrendo um desgaste pela incorporação de elementos exógenos. As UCs falharam na consideração dos saberes dos agricultores e pescadores do município (ROCHADELLI, et al. 2013, p.500).

1.1.3 Conflitos oriundos da exclusão das dimensões humanas

Os conflitos decorrentes da criação e implantação de áreas protegidas ambientais muitas vezes decorrem devido a expulsões, proibições e restrições de acesso aos recursos naturais de milhares de famílias e comunidades locais, o que tem impactado enormemente em seus modos de vida (ROCHA, 2015). A pouca atenção dada às peculiaridades locais, a baixa participação e contribuição dos usuários tradicionais dos recursos nas tomadas de decisão e a sobreposição de UCs às áreas utilizadas por comunidades locais geram conflitos pelo uso dos territórios e dos recursos naturais que por vezes levam ao deslocamento do uso para outras regiões criando conflitos entre comunidades. (DESTÉFANI, 2014).

A falta de congruência entre o arranjo institucional (as várias UCs criadas na área) com a dinâmica social local não tem gerado resultados socioecológicos positivos. Em geral, associado a esses conflitos observa-se forte assimetria de poder entre os atores sociais em disputa, desníveis no acesso à informação, diferentes capacidades de organização e articulação que terminam por se converter em injustiças socioambientais (MMA, 2015).

Pinho (2006) observou que as regras de uso além de não garantir a efetiva proteção dos manguezais situados na APA de Guaraqueçaba, tampouco contribuem

para o fortalecimento de um espaço de gestão dos conflitos socioambientais ali constatados. Na comunidade do Almeida a implantação das três principais UCs, a ESEC de Guaraqueçaba (PAULA, 2014); APA de Guaraqueçaba (PINHO, 2006; PAULA, 2014) e o PARNA da Ilha de Superagui (PAULA, 2014), além de restrições federais e estaduais que incidem sobre essa pescaria (PINHO, 2006; PAULA, 2014;) e a fiscalização hostil (PINHO, 2006; PAULA, 2014; ANDRADE, 2015; ARANTES, 2016), impactaram o modo de vida da vila que tem como meio de subsistência principal a pesca do caranguejo (ANDRADE, 2015). Existe em curso uma discussão sobre a regulamentação da pesca do Caranguejo em que a comunidade do Almeida foi considerada prioritária, num processo de investigação para compreender essa pescaria, por ser considerada a mais dependente deste recurso.

1.2 Discussão sobre o caranguejo

Na região em que se encontram a Estação Ecológica (ESEC) de Guaraqueçaba de acordo com a reunião do Conselho da Estação Ecológica (COSEC) de Guaraqueçaba de 2013, cerca de 26 comunidades trabalham com a pesca do caranguejo, sendo a comunidade do Almeida, na Ilha Rasa, a principal comunidade que pratica essa atividade (PAULA, 2014), além de ser a principal atividade econômica praticada nos manguezais em termos de volume de renda familiar e número de praticantes (PINHO, 2006).

Para a comunidade do Almeida a pesca do caranguejo é fundamental para a manutenção das famílias na Ilha: garante a aquisição de bens materiais, promove melhorias nas residências e permite realizar reservas financeiras para o restante do ano (PAULA, 2014). Da necessidade de manter a renda através da pesca do caranguejo surge a discussão do ordenamento dessa pescaria, pautado pela divergência entre os próprios comunitários a respeito dos petrechos de pesca mais adequados, uma vez que há vilas que não dependem dessa pescaria para o seu sustento, e também pelo impasse de ser uma área de proteção integral onde o uso dos recursos naturais não é permitido.

A Câmara Técnica de Pesca (CTP), criada em 2004 dentro do conselho gestor da APA de Guaraqueçaba, ficou responsável por tratar dos assuntos relacionados à gestão dos recursos pesqueiros, com a intenção de reunir os pescadores artesanais, órgãos governamentais, pesquisadores e outros atores para

a discussão dos conflitos relativos à pesca do caranguejo (DESTÉFANI, 2014).

Em dezembro de 2013, após a troca do quadro de gestores das UCs, foi definido como prioridade o ordenamento da pesca do caranguejo nos manguezais dentro da ESEC e no entorno do Parque Nacional (PARNA) do Superagui (FARACO, 2012), como desdobramento das atividades desenvolvidas pela CTP da APA e ESEC de Guaraqueçaba, e PARNA de Superagui. O COSEC de Guaraqueçaba, juntamente com a participação dos comunitários e pescadores, identificou as principais comunidades caranguejeiras e a comunidade do Almeida foi selecionada por ser reconhecida como aquela com maior número de pessoas envolvidas e com maior dependência socioeconômica na atividade (PAULA, 2014).

Diante da demanda do ordenamento da pesca do caranguejo provinda do COSEC de Guaraqueçaba foi feito o estudo da dinâmica socioeconômica da pesca do caranguejo em parceria com a Universidade Federal do Paraná, através do Programa de Monitoramento Socioeconômico para a Gestão Costeira (SocMon), realizada na comunidade do Almeida por Paula (2014) e Andrade (2015). SocMon é uma estratégia de monitoramento socioambiental participativo orientado para a gestão costeira com forte direcionamento para AMPs. Seu objetivo principal é fomentar a capacidade regional para sustentar programas de monitoramento socioeconômico (SOCMON).

A metodologia SocMon, utilizada por Paula (2014) e Andrade (2015) teve como proposta analisar a distribuição espacial da pesca do caranguejo e a história da comunidade do Almeida afetada pela criação de três unidades de conservação federais no Complexo Estuarino de Paranaguá. Foram realizadas entrevistas, acompanhamento das pescarias, oficinas participativas de discussão e avaliação dos resultados, durante a safra 2014-2015.

1.3 A complexidade da pesca artesanal

A pesca pode ser comercial (artesanal e industrial) e não comercial (científica, amadora e de subsistência), segundo a Lei nº 11.959 de junho de 2009, artigo 8º que faz a seguinte distinção:

I – comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;

c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica (BRASIL, 2009).

A pesca artesanal ou de pequena escala tende a ter suas raízes nas comunidades com tradições e valores locais (FAO, 2015).

“De hecho, la pesca en pequeña escala tiende a estar firmemente arraigada en las comunidades locales, lo que suele responder a vínculos históricos con los valores, las tradiciones y los recursos pesqueros adyacentes y contribuir a la cohesión social. Para muchos pescadores y trabajadores de la pesca en pequeña escala, la pesca representa una forma de vida y el subsector encarna una riqueza cultural y variada de importancia mundial.” (FAO, 2015, p.10)

Os pescadores artesanais são autônomos e geralmente fornecem peixes para consumo direto em suas casas ou comunidades. A pesca artesanal representa atividade de grande importância, porém enfrenta vulnerabilidades para a manutenção dos direitos humanos das comunidades (FAO, 2015).

“En los casos en que la pobreza se halla presente en las comunidades dedicadas a la pesca en pequeña escala, tiene un carácter multidimensional y no se debe únicamente a niveles bajos de ingresos, sino también a factores que impiden el pleno disfrute de los derechos humanos, en particular de los derechos civiles, políticos, económicos, sociales y culturales. Las comunidades de pescadores en pequeña escala se encuentran por lo común en zonas alejadas, suelen tener un acceso limitado o desfavorecido a los mercados y pueden tener dificultades para acceder a la sanidad, la educación y otros servicios sociales.” (FAO, 2015, p.11)

Apesar dos pescadores artesanais serem produtores de alimentos, as condições socioeconômicas não permitem a muitos deles o acesso à alimentação de qualidade (FAO, 2015). Torna-se necessário lançar um olhar para a segurança alimentar que perpassa a produção de alimentos e que pressuponha assegurar uma oferta suficiente de alimentos reconhecendo que cada indivíduo possui como direito humano fundamental o acesso a uma alimentação suficiente e de boa qualidade (SAMPAIO, 2008). Observou-se na região de Guaraqueçaba com a implantação das UCs, segundo Zanoni *et al.* (2000, p.53):

“o dispositivo legal instituído por esta política ambiental desconsiderou os problemas enfrentados por estas populações para garantir a sua segurança

alimentar e assegurar sua reprodução social.”

A pesca artesanal, segundo Andriguetto Filho (1999), faz parte de uma rede de atividades composta pela multiplicidade ecológica (de espécies alvos e suas estratégias de sobrevivência) e social (grande número de pontos de desembarque, de redes, de etnias, formas difusas e complexas de comercializar). Essa multiplicidade de atividades a define como parte de um subsistema complexo de um todo rural ou suburbano que interage com subsistemas adjacentes (pesca industrial, agricultura, aquicultura e turismo). Segundo Berkes (2001), a pesca artesanal constitui um sistema socioecológico (sistemas sociais conectados aos sistemas naturais).

Na região de Guaraqueçaba, as comunidades pesqueiras possuem seus modos de vida alicerçados na pesca artesanal, dependentes diretamente, e por vezes, exclusivamente, da exploração dos recursos naturais; passam por dificuldades socioeconômicas relacionadas à deficiência de infraestrutura, disponibilidade de serviços sociais, além da dificuldade de acesso aos mercados e falta de políticas adequadas de crédito e preço das pescarias (FARACO, 2012).

Na comunidade do Almeida, formada entre 1950 e 1970 com a vinda de famílias que viviam da roça e da pesca, o seu modo de vida foi alterado pela criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMPs) que restringiram as atividades agrícolas, inicialmente para coibir grandes proprietários agrícolas e mais tarde passou a restringir também os pequenos proprietários em prol da conservação do ambiente (TEIXEIRA, 2005). Com as restrições e sem oferta de novas possibilidades de renda e emprego, a comunidade passou a viver essencialmente da pesca (ANDRADE, 2015).

Entre as décadas de 1970 e 1980 a expansão portuária levou a emigração dos comunitários para Paranaguá, contudo as dificuldades da vida na cidade fez com que vários comunitários retornassem à vila (ANDRADE, 2015).

Na década de 1990 a comunidade se uniu para obter energia elétrica e água encanada, dando início a formas de organização social para lidar com a dinâmica de desenvolvimento da região (ANDRADE, 2015).

Em 1996, são formadas a Associação de Moradores da Vila Almeida e a Associação dos Maricultores da Ilha Rasa (AMAIR - que, sobretudo realiza o trabalho com cultivo de ostras), localizada na Vila da Ilha Rasa. A AMAIR conta com

a participação de apenas 10 famílias da comunidade do Almeida (em 2012) (ARANTES, 2016).

Em 2004 a explosão do navio petroleiro Vicuña impactou negativamente os recursos naturais, principalmente os recursos pesqueiros, sendo necessária uma nova adaptação das atividades exercidas pela comunidade. Com a diminuição de alternativas para sobreviver, a vila Almeida direcionou suas atividades para a extração de recursos do mangue, sendo a atividade mais rentável a pesca do caranguejo, que passou a ser o principal sustento da comunidade até os dias de hoje (ANDRADE, 2015).

2 OBJETIVO DE PESQUISA

Este trabalho buscou descrever e analisar as relações e interações sociais da comunidade do Almeida e entorno com base no conceito de capital social, a fim de delinear os desafios e potencialidades da gestão compartilhada da pesca artesanal em áreas marinhas protegidas (AMPs).

2.1 Objetivos Específicos

- Descrever os atores envolvidos na gestão dos recursos naturais da Estação Ecológica de Guaraqueçaba;
- Analisar o papel e as interações de cada ator descrito com a comunidade do Almeida.

3 ENFOQUE ANALÍTICO

O tema capital social é bastante explorado por diversos estudos e suas raízes históricas são multidisciplinares como, por exemplo, Putnam na Ciência Política, Coleman na Sociologia, Fukuyama na História Econômica e na Sociologia (BAQUERO, 2003). Higgins (2003) organiza as abordagens de capital social em perspectivas que mostram não só o quão abrangente é o conceito, mas que também há distintas abordagens que por vezes chegam a ser opostas.

Entre suas variadas abordagens, adotou-se neste trabalho a teoria do capital social que aprofunda o conceito dando ênfase às relações sociais e à estrutura dessas relações (STEIN, 2003). Nesta teoria o capital social se concretiza em características estruturais e normativas de um determinado sistema social:

organizações, normas, instituições, etc (MEDEIROS, 2009). Este trabalho procura analisar a influência dos arranjos institucionais formais e informais, definidos como as regras do jogo ou regras em uso, na construção do capital social.

O capital social possui um papel importante como elo que une e mantém os diversos tipos de relações sociais e moldam a qualidade das interações sociais de uma sociedade. Nele está embutido valores morais básicos e éticos como a honestidade, negociação justa, e um conjunto comum cultural de práticas e expectativas sem a imposição da lei (CONSTANZA, *et al.* 2003). O capital social também está vinculado à confiança nas relações sociais e ao engajamento cívico como uma fábrica social com o intuito, por exemplo, de cooperar no desenvolvimento de capital físico (BAQUERO, 2003).

Estudos relativos aos processos de gestão democrática apontam o capital social como um caminho para o empoderamento da cidadania, o pluralismo e a própria democracia (BAQUERO, 2003). O capital social também pode ser utilizado como um indicador para avaliar os níveis de participação e a própria democracia, sendo um fator de estruturação da cultura política participativa (BAQUERO, 2003).

Esse conceito também costuma ser aplicado nas análises de desempenho institucional, em modelos de gestão onde ocorre o compartilhamento de poder (também conhecido como cogestão) e nas análises de vulnerabilidade de grupos ou indivíduos (FOLKE; AHN; OLSSON; NORBERG, 2005).

Medeiros (2009) propõe uma matriz de análise do capital social através da descrição das conexões a partir de redes de relacionamento direcionando-as para a compreensão da confiabilidade, redes e instituições. A matriz elaborada por Medeiros (2009) é composta de cinco macrovariáveis: três componentes (confiabilidade, redes e instituições) e dois resultados (confiança e ação coletiva).

Neste modelo a confiança aparece como o elo entre o capital social e ação coletiva. A confiança como uma avaliação subjetiva de um agente sobre o outro, informa sobre a probabilidade dele agir conforme o esperado; é ampliada quando os indivíduos conectam-se uns aos outros e incorporam instituições que compensam o seu comportamento honesto perante os demais (OSTROM; AHN, 2007). A confiabilidade é definida como um conjunto de características ou preferências visíveis aos agentes e referentes ao que é confiável e que levará à cooperação (OSTROM; AHN, 2007).

As redes referem-se às conexões dentro da comunidade, entre

comunidades, entre comunidades e agentes externos, e entre agentes externos e as instituições são regras que especificam quais ações são exigidas, proibidas ou permitidas.

A ação coletiva refere-se a uma das teorias base do capital social segundo a abordagem de Ostrom e Ahn (2007). Existe a teoria da primeira geração da ação coletiva e a teoria da segunda geração. A abordagem de Ostrom e Ahn (2007) utiliza a teoria da ação coletiva de segunda geração em que há o reconhecimento da existência da multiplicidade de indivíduos em contraposição à teoria de ação coletiva de primeira geração, que segundo as autoras pressupõe a atomização das ações coletivas e o egoísmo do ser humano com interações inteiramente racionais.

Seguindo a matriz de Medeiros (2009), as relações sociais comunitárias presentes na comunidade do Almeida nesta pesquisa foram abordadas em três níveis: relações intracomunitárias; relações intercomunitárias; e local – agentes externos.

O fortalecimento dessas redes pode levar à promoção do capital social e da aprendizagem social. A representação como um elemento do capital social pode favorecer a cogestão adaptativa e a resiliência das comunidades, fator chave da qualidade da gestão ao conectar diversos atores, proporcionar parcerias e a fluidez da comunicação. Implica, no entanto, levar em consideração a pluralidade dos diferentes contextos e as incertezas presentes em um ambiente com diversos valores (FOLKE; AHN; OLSSON; NORBERG, 2005).

4 ÁREA DE ESTUDO E MÉTODO

A análise de estudo foi realizada na comunidade do Almeida (40°41'O, 25°33'S) localizada no município de Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná, dentro do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP). Sistema estuarino que compreende as Baías de Paranaguá e Antonina e as Baías de Laranjeiras e Pinheiros. A região foi declarada como Reserva da Biosfera e integra o bioma Mata Atlântica. A área estudada compreende três unidades de conservação federais aos quais abrangem a maior parte de cobertura de manguezais da região: a APA de Guaraqueçaba, o PARNA do Superagui e a ESEC de Guaraqueçaba (PAULA, 2014).

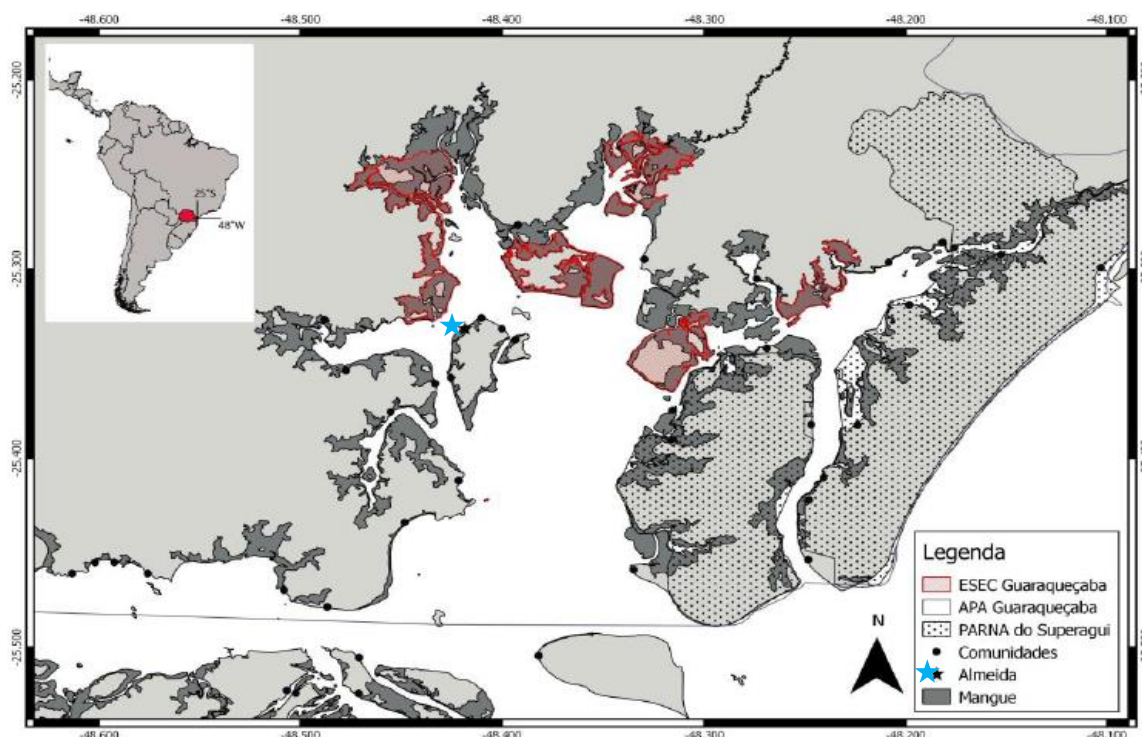


FIGURA 1 - ÁREA DE ESTUDO COM AS DEMARCAÇÕES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. Fonte: PAULA, 2014

No trabalho foram analisadas organizações relacionadas mais diretamente à comunidade do Almeida: conexões locais, intracomunitária - interna a comunidade: unidade de produção familiar e associação de moradores da Vila Almeida; conexões local-local, intercomunitárias - entre comunidades: atravessadores, associação dos maricultores da Ilha Rasa e o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná; conexões local-externo entre Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), Polícia Militar Ambiental do Estado do Paraná, Núcleo de Estudo em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas (NESPAMP), Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (CONAPA), Conselho Consultivos da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (COSEC) e Câmara Técnica de Pesca (CTP).

Para a análise das relações sociais na comunidade foram utilizados os critérios da matriz de capital social proposta por Medeiros (2009) e adaptada pela autora (Tabela 1). A matriz foi aplicada a partir da análise documental dos seguintes documentos: Pinho (2006), Destéfani (2014), Paula (2014), Andrade (2015), Trimble (2015) e Arantes (2016).

Pinho (2006), em sua pesquisa buscou compreender como as mudanças no

sistema de gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba contribuíram para o desenvolvimento de estruturas de participação social mais equilibrada e assentada no princípio do compartilhamento de poder e responsabilidades, envolvendo grupos portadores de percepções e interesses diferenciados. O trabalho teve como foco a análise nas mudanças estabelecidas pelo CONAPA (Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental) e assumiu como hipótese que o baixo nível de associativismo local e resquícios autoritários, presentes no SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente), bloqueavam a criação de espaços de cogestão de recursos de uso comum em áreas protegidas no país.

Destéfani (2014), fez uma análise documental das atas das reuniões da Câmara de Pesca compartilhada com os conselhos da APA e ESEC de Guaraqueçaba, para analisar a participação dos atores sociais chaves para a gestão da pesca de forma a delinear possibilidades e obstáculos para a consolidação da cogestão adaptativa. A pesquisa de Paula (2014), descreveu os modos de vida e composição familiar comunidade do Almeida, e mapeou as áreas de pesca utilizadas na safra de 2013/2014 pelos comunitários.

A pesquisa de Andrade (2015) descreveu o desenvolvimento dos modos de vida da comunidade do Almeida ao longo do tempo, relacionando as transformações ecossistêmicas e sociais. Trimble (2015), em sua avaliação da cogestão adaptativa para uma melhor governança da pesca artesanal na costa do Brasil e Uruguai, analisou dois conselhos: o Conselho Consultivo da ESEC de Guaraqueçaba; e o Conselho Local de Pesca da Costa. O documento analisado é uma devolutiva da avaliação do conselho da ESEC de Guaraqueçaba que aborda os principais resultados de 17 entrevistas realizadas entre novembro de 2014 e maio de 2015 com os atores que integram ou participam do Conselho Consultivo da ESEC de Guaraqueçaba.

Por fim, a pesquisa de Arantes (2016) estudou a dinâmica do conflito de uso e apropriação de recursos pesqueiros (caranguejo e ostras) na ESEC de Guaraqueçaba e as estratégias de mediação desse conflito. O trabalho foi realizado nas vilas de Engenho Velho, Guapicum, Massarapuã, Tromomô, Almeida, Tibicanga, Medeiros e Ilha Rasa.

O presente trabalho também incluiu dados relativos à observação participante em quatro reuniões realizadas entre 10/2015 e 08/2017: 1. discussão do

acordo de gestão / termo de compromisso para a pesca de caranguejos na Estação Ecológica de Guaraqueçaba realizada com a comunidade do Almeida em 15/10/2015; 2. discussão de acordo de gestão / permissão experimental da captura do caranguejo-uçá por meio do lacinho na Estação Ecológica de Guaraqueçaba realizada na comunidade Sebuí no dia 15/12/2016; 3. e 4. 9ª Reunião do Conselho ESEC de Guaraqueçaba que aconteceu em dois dias 11/08 e 31/08/2017, no município de Guaraqueçaba.

TABELA 1 - Matriz de capital social proposta por Medeiros (2009) adaptada de Ostrom (2005), Pretty e Ward (2001) e Stone (2001) e adaptada para esta pesquisa pela autora.

Categorias (formas de capital social)	Relações sociais (interações comunitárias: entorno e atores externos)	Variáveis
Conectividade, redes e grupos	Interações comunitárias entre comunidade e seu entorno: Conexões locais (intracomunitárias)	Laços familiares na pesca (captura, processamento e venda) Laços comunitários entre membros da comunidade
	Conexões local-local (intercomunitária)	Laços familiares com comunitários de outras comunidades Laços comunitários entre membros de outras comunidades
	Interações comunitárias entre comunidade e atores externos: Conexões local-externas	Laços comunitários e agentes externos
Regras, normas e sanções comuns	Interações comunitárias entre comunitários e as regras: Regras formais Regras informais	Predomínio do reconhecimento e respeito ao estabelecimento de regras formais ou informais

5 RESULTADO

5.1 Formas de capital social

TABELA 2 – Descrição e caracterização das relações sociais da Comunidade do Almeida

Tipo de interação comunitária (entre a comunidade e seu entorno)	Conectividade	Regramento
a) Local (intracomunitária)	A1. Laços-familiares na pesca	Regras informais (*)
	A2. Laços comunitários familiares (associação de moradores)	Regras formais (*)
b) Local-local (intercomunitária):	B11. Atravessadores	Regras informais (*)
	B21. Participação de Comunitários no COSEC de Guaraqueçaba	Regras formais (busca integração com a realidade)
	B22. AMAIR- Associação dos Maricultores de Ilha Rasa	Regras formais (*)
	B23. MOPEAR- Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral Paranaense	Regras formais (divergências dos modos de pescar entre comunidades com culturas diferentes)
c) Local – externa:	C1. IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis	Regras formais (distantes da realidade)
	C2. ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da	Regras formais (busca integração com a realidade)

	Biodiversidade	
	C3. BPAmb-FV - Polícia Militar Ambiental do Estado do Paraná - Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde	Regras formais (*)
	C4. NESPAMP- Núcleo de Estudos em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas	Regras formais (busca integração com a realidade)
	C5. COSEC- Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Regras formais (busca integração com a realidade)
	C6. CONAPA - Conselho consultivo da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba	Regras formais (busca integração com a realidade)
	C7. CTP – Câmara Técnica de Pesca	Regras formais (busca integração com a realidade)
	C8. Colônia de Pescadores de Guaraqueçaba	Regras formais (*)

(*) sem observações

As relações sociais analisadas neste trabalho e descritas na tabela 2 foram descritas e caracterizadas com base nos arranjos institucionais formais e informais (expressos nas formas de capital social: conectividade e regramentos). Os resultados serão apresentados seguindo a numeração alfabética da tabela 2.

a) Conexões locais

Conexões intracomunitárias ocorrem entre laços comunitários e familiares (MEDEIROS, 2009).

A.1 Laços familiares

As relações exercidas na cadeia produtiva da pesca do caranguejo na Vila Almeida, em geral ocupam toda a família. O envolvimento familiar ocorre desde a produção de petrechos de pesca passando pela captura e, beneficiamento até a venda para o atravessador e, algumas vezes, diretamente para o consumidor à manutenção e produção de petrechos de pesca (PAULA, 2014).

Na comunidade do Almeida, a captura do caranguejo é um das principais estratégias de geração de renda familiar (ANDRADE, 2015). Os filhos em idade escolar participam dessa atividade somente no período de férias quando coincide com a safra do caranguejo (PAULA, 2014). A mulher desde criança é familiarizada com a pesca artesanal, no entanto durante a infância e adolescência a prioridade é dada aos estudos. Somente após o casamento a mulher passa a pescar ativamente em auxílio ao marido para obtenção de recursos financeiros e manutenção da família. É o homem quem, geralmente, faz o trâmite de venda com os atravessadores, a manutenção dos barcos e petrechos (ANDRADE, 2015).

A mulher tem ciência de todas as negociações, porém não participa do momento de câmbio e concentra seu tempo livre no beneficiamento dos recursos, no cuidado com a casa e no envolvimento em atividades na escola ou igreja. Outro fator que fortalece a participação da mulher como pescadora na vila Almeida é a sazonalidade e o estabelecimento do caranguejo como recurso principal de fonte de renda. Como a safra do caranguejo coincide com o período de férias escolares, a mãe se dedica integralmente à pesca acompanhada dos filhos (ANDRADE, 2015).

Segundo Andrade (2015), as estratégias técnicas de captura estão diretamente relacionadas com as estratégias econômicas. A autora classifica as estratégias encontradas na comunidade do Almeida em três: pesca para venda e subsistência; venda máxima do conteúdo da captura, com uso do excedente para subsistência (quando há excedente) e renda para comprar alimentos; e a pesca de subsistência com venda do excedente.

A.2 Laços comunitários

Ainda em nível intracomunitário, observa-se a atuação da Associação de moradores da Vila Almeida, criada em 1996, como um espaço para reivindicar direitos e como forma de conseguir recursos que podem beneficiar a comunidade. São tratadas questões gerais da vila: abastecimento de água, construção de novas

casas, necessidade de destino adequado ao lixo e fossa sanitária, construção de trapiche entre outras questões (ARANTES, 2016). A associação de moradores também aborda questões referentes à atividade da pesca, tais como:

[...] mudança na forma de fiscalização e da legislação para captura do caranguejo, possível mudança no defeso do camarão, respeito a forma de trabalho dos pescadores, trabalho livre nas áreas da ESEC, mudança na proibição de se trabalhar em algumas áreas e criação de novas oportunidades de renda, já que há muita restrição às atividades (ARANTES, 2016, p.125).

Especificamente sobre as regras informais, a dinâmica da pesca do caranguejo, conforme relatado pelos próprios pescadores, é marcada por um rodízio relativo ao uso dos mangues. Ao chegarem a um manguê em que já se encontram lacinhos armados, os caranguejeiros procuram por outra área.

b) Conexões local-local

Conexões intercomunitárias ocorrem por extensão de laços familiares e por relações comerciais com atravessadores de outras localidades. Também pode se estender a partir do compartilhamento de áreas de uso entre pescadores de diferentes comunidades (MEDEIROS, 2009).

No presente trabalho foram descritas relações sociais formadas por laços familiares e comunitários. Nos documentos analisados de Pinho (2006), em que o estudo é feito em algumas comunidades da região de Guaraqueçaba incluindo a comunidade do Almeida, no período de 2005 a 2006, foi observada a criação de associação ou grupos organizados, não reconhecidos pela população, ficando evidente no trabalho, a desmobilização dos comunitários, sem constar a presença de mais informações. Na pesquisa de Paula (2014) foram identificadas relações que em geral marcadas por uma dinâmica de interdependência, expressa nas relações de trabalho na função dos atravessadores. No trabalho de Trimble (2015), foi observada a participação de comunitários como conselheiros do Conselho da ESEC de Guaraqueçaba, entre eles representantes da comunidade do Almeida, e na pesquisa de Arantes (2016) pode ser observada a relação de comunitários da comunidade do Almeida com a Associação de Maricultores da Ilha Rasa e o conhecimento do Movimento de Pescadores e Pescadores Artesanais do Litoral Paranaense (MOPEAR).

B.1 Laços familiares com comunitários de outras comunidades

B.1.1 Atravessadores

Paula (2014) identificou seis atravessadores na comunidade do Almeida que controlam a venda da captura local, além de participar da compra da produção de outras comunidades, como Sebuí, Barbados, Bertioga, Tibicanga, Canudal, Itaqui, Taquanduva e Engenho. Outros dois atravessadores participam da comercialização de caranguejos na comunidade de Ilha Rasa e na Ilha dos Valadares, possuem redes de contatos com peixarias de Curitiba, que buscam o pescado em Paranaguá e apenas um atravessador declarou vender para as praias.

B.2 Laços comunitários entre membros de outras comunidades

B.2.1 Representantes comunitários

Na pesquisa de Trimble (2015), em relação à participação dos comunitários como conselheiros, alguns, perceberam a necessidade de capacitação e também o desconhecimento da realidade de outras comunidades vizinhas, levando-os se perceberem como ilegítimos. Os entrevistados de algumas vilas por Arantes (2016) relataram o histórico de pouca participação dos comunitários em reuniões das associações de moradores e o não repasse por parte do presidente da associação/representante da vila de informações obtidas em reuniões externas à associação.

B.2.2 AMAIR- Associação dos Maricultores da Ilha Rasa

A Associação dos Maricultores da Ilha Rasa (AMAIR) constitui importante forma de organização e conexão intercomunitária com a comunidade do Almeida. Fundada em 1996 com o objetivo de incentivar o trabalho nas atividades da maricultura, como o cultivo de ostras, com as técnicas de cultivo de fundo e suspensos fixo (cultivo de mesa) e flutuante (espinhel).

Essa associação busca estimular a produção de pescado de qualidade, a qual além de incrementar a renda dos pescadores, contribui para que cuidem do meio ambiente e mantenham-se na Ilha Rasa. Seu corpo associativo é composto por pescadores da Ilha Rasa e da comunidade do Almeida. No entanto, apesar de ser uma importante forma de conexão intercomunitária, conta apenas com dez famílias associadas, tendo no cultivo de ostras uma opção de renda para o inverno (ARANTES, 2016).

B.2.3 MOPEAR – Movimento dos Pescadores e Pescadoras

O grupo organizado em que há algum contato com pescadores da comunidade do Almeida foi o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral Paranaense (MOPEAR). O MOPEAR surgiu a partir de uma reunião em 2008 no Município de Guarapuava realizada pela Rede Puxirão (articuladora entre povos e comunidades tradicionais da região Sul do Brasil). A Rede Puxirão busca atender a demanda dos pescadores artesanais paranaenses diante dos conflitos surgidos com a criação de UCs sem levar em consideração a cultura e prática das comunidades tradicionais ali existentes (BUCO; ZADRA; VANDRESEN, 2013).

Segundo Arantes (2016), os moradores da comunidade do Almeida possuem conhecimento do movimento e o percebem como uma forma de união, apoio e um meio de garantir seus direitos e demandas. No que diz respeito às comunidades que fazem parte do MOPEAR, existe a divergência de posição em relação ao ordenamento da pesca de caranguejo, em que o movimento não aceita o experimento do uso da técnica do lacinho devido a este estar atrelado ao termo de compromisso². A proposta do MOPEAR é a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX), unidade de conservação de uso sustentável, uma vez que o termo de compromisso é temporário, correndo o risco de a qualquer momento ter o acesso à ESEC restringido.

c) Conexões local-externas

As conexões local-externas ocorrem através das relações sociais estabelecidas entre os representantes comunitários e os órgãos governamentais, empresas, ONGs, instituições de pesquisa, e etc (MEDEIROS, 2009).

C.1 IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis foi criado em fevereiro de 1989, pela Lei nº 7.735. É uma autarquia federal com autonomia administrativa e financeira e está vinculada ao Ministério do Meio

² Termo de compromisso foi definido pelo ICMBio através da Instrução Normativa Nº 26, de 4 de Julho de 2012 Art 2º inciso I – “como instrumento de gestão e mediação de conflitos, de caráter transitório, a ser firmado entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão, visando garantir a conservação da biodiversidade e as características socioeconômicas e culturais dos grupos sociais envolvidos.”

Ambiente (BRASIL, 1989a).

Segundo este ministério, o IBAMA tem por objetivos exercer o poder de polícia ambiental, executar ações das políticas nacionais de meio ambiente com atribuições federais relativas a licenciamento ambiental, controle da qualidade ambiental, autorização do uso dos recursos naturais e fiscalização, monitoramento e controle ambiental. Até o ano de 2007, quando foi criado o ICMBio, também administrava e fiscalizava as UCs em caráter supletivo.

Segundo Pinho (2006), os primeiros anos de atuação dos órgãos de fiscalização se mostraram autoritária e até mesmo violenta, faltando ações educativas que preparassem os comunitários para o devido uso. Essa postura agravou sentimento de aversão dos comunitários a órgãos reguladores.

O modo de implementação da APA deflagrou um processo de perda gradual de confiança por parte das comunidades nas instituições do sistema político local – IBAMA, IAP, Polícia Florestal, Prefeitura, Colônias de Pesca etc- e nas organizações não governamentais que se instalaram na região com o advento da APA. Dessa forma, o trabalho conjunto envolvendo as comunidades e essas instituições não está ainda assentado em relações de confiança. (PINHO, 2006, p.122).

Fala de um conselheiro - pescador do CONAPA expressando a percepção da interação entre IBAMA e comunidades antes da criação do CONAPA.

“(...) a princípio os órgãos ambientais, todos eles, IBAMA, BPFiô,³ eles eram vistos pela população aqui como um bicho papão, algo bem feio, a gente não gostava deles.” (conselheiro – pescador *apud* PINHO, 2006, p. 114).

Essa questão ainda se mostrou presente na 9ª reunião do conselho da ESEC de Guaraqueçaba, na fala do pescador representante da comunidade do Almeida. Na percepção do pescador a cobrança da fiscalização ocorreu em grande parte das situações sem antes preparar ou realizar com os comunitários ações educativas para melhor compreensão das regras e restrições de acesso e uso.

C.2 ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi criado em agosto de 2007, pela Lei 11.516. É uma autarquia federal em regime especial com autonomia administrativa e financeira. Assim como o IBAMA, está vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio

³ Batalhão da Polícia Florestal

Ambiente (SISNAMA) (BRASIL, 2007; ICMBio).

Sua principal função é executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), conjunto de diretrizes oficiais que sistematiza a preservação ambiental no Brasil: criação, implementação, gestão, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação (UCs). Compete à ele a execução de programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e o exercício do poder da polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais (ICMBio).

Segundo Arantes (2016), o ICMBio possui reputação ruim entre as comunidades. Os pescadores desconfiam da real função que exercem em um espaço de participação proporcionado pelo órgão ambiental, devido à crença de que ali ocorrem denúncias de práticas consideradas ilegais realizadas pelos pescadores. Há também o problema do uso de linguagem não compatível com os pescadores e a prevalência dos interesses do ICMBio sobre suas demandas (os pescadores têm a percepção de que não são ouvidos). No entanto, o órgão gestor argumenta que muitas das demandas dos pescadores não são de sua responsabilidade, como o subsídio do diesel para as atividades de pesca, criação de postos de saúde, pagamento do seguro defeso, construção de trapiches, etc.

C.3 BPamb-FV - Polícia Militar Ambiental do Estado do Paraná – Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde

O Batalhão de Polícia Ambiental Força Verde (BPamb-FV), unidade da Polícia Militar do Paraná foi criado em abril de 1957, pela Lei Estadual nº. 3076 e teve suas atribuições definidas através da Lei nº 6774/76, posteriormente redefinida pela Lei nº 16575 de setembro de 2010 (PMPR). Sua atribuição principal consiste no policiamento ostensivo para o cumprimento dos dispositivos legais de defesa da proteção da fauna, da flora e do meio ambiente do estado do Paraná (PMPR).

O batalhão de Polícia Ambiental Força Verde tem forte presença nos limites do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP). A fiscalização executada pelo órgão foi considerada pelos pescadores como um entrave à atividade pesqueira, devido ao medo da ação da polícia que muitas vezes culmina na perda do material de pesca e pescado (ARANTES, 2016). Entre as vilas Engenho Velho, Guapicum, Massarapuã, Tromomô, Almeida e Tibicanga que fizeram parte da pesquisa de Arantes (2016), há

consenso de que a atuação dos policiais é tida como truculenta. A mesma interpretação é retratada por Paula (2014) e nas reuniões do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (ARANTES, 2016).

Segundo relatos de comunitários:

“Já meteram fogo na barraca do pessoal do Almeida...eles não têm pena não”. (Pescadora de Ilha Rasa, 30 anos *apud* ARANTES, 2016).

"Quando a fiscalização tá muito rígida pro nosso lado, a gente não liga muito pra questão de preservação, porque tá muito rígida, a gente vive sufocado. Agora quando a fiscalização alivia o lado, a gente sabe trabalhar melhor. A gente trabalha com mais coragem, com mais ânimo, 'não, vamos tirar o lacinho do mangue, vamos levar', trabalha com mais cuidado. Se a gente tem mais liberdade, a gente trabalha de uma forma mais melhor, tanto pro nosso lado, como pro lado do meio ambiente, mas quando a gente trabalha com uma pressão muito grande em cima, por motivo de medo, nós temos que fazer uma coisa errada às vezes". (Pescador de Almeida *apud* ARANTES, 2016).

C.4 NESPAMP - Núcleo de Estudos em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas

Estabelecido no Centro de Estudos do Mar (CEM) em 2012, vinculado ao Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná com a proposta de ser um espaço de formação de recursos humanos orientados para a atuação na pesca artesanal ou de pequena escala e Áreas Marinhas Protegidas. O NESPAMP tem atuado como organização-ponte através da mediação de conflitos e diálogos entre pescadores artesanais e órgãos governamentais, subsidiando assim, a transição para a gestão participativa da pesca e das UCs (NESPAMP).

Na comunidade do Almeida o NESPAMP tem atuado com o intuito de compreender as implicações socioecológicas da dinâmica da pesca do caranguejo, em especial o uso da técnica do lacinho. De início foi possível notar certa resistência ao núcleo, provavelmente decorrente do histórico de pesquisas realizadas sem a devida participação e devolução de informações para a comunidade. No entanto, após as primeiras atividades, observou-se certa abertura ao diálogo por parte de um grupo de pescadores da comunidade que decidiram participar da pesquisa (PAULA, 2014). Pescadores da comunidade do Almeida relataram que o diagnóstico socioeconômico feito pelo ICMBio em parceria com o NESPAMP/CEM/UFPR foi uma oportunidade de serem ouvidos e não esperavam poder falar com liberdade sobre uma técnica de pesca proibida, referindo-se ao lacinho (ARANTES, 2016). Embora a atuação do NESPAMP tenha sido positiva, ainda foi insuficiente para cessar a visão cética e desconfiada dos pescadores em

relação ao papel da universidade (PAULA, 2014; DESTÉFANI, 2014; ARANTES, 2016).

C.5 COSEC – Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Guaraqueçaba/PR

O Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (COSEC) foi criado pelo ICMBio pela portaria nº 3, em janeiro de 2012. Tem por finalidade desenvolver ações para que sejam cumpridos os objetivos do plano de manejo da referida unidade de conservação (BRASIL, 2012).

Na avaliação do COSEC realizada por Trimble (2015), os próprios representantes comunitários não consideram legítima a sua representação devido à ausência de capacitação como conselheiros. Outro aspecto apontado pelos representantes comunitários na avaliação realizada por Trimble (2015) em relação a sua legitimidade foi o fato das cadeiras do conselho serem ocupadas por representantes comunitários que desconhecem a realidade das comunidades por eles representadas. Trimble (2015, p.2), na avaliação do Conselho Consultivo da ESEC apontou dezessete pontos fracos indicados pelos conselheiros entrevistados Participaram da avaliação 5 grupos de atores (comunidades, organizações de pescadores, órgãos governamentais, ONGs, e instituições de ensino e pesquisa). Os pontos foram nomeados por uma ou várias pessoas representantes de cada grupo ali presente:

1. Ausência dos presidentes da Colônia e da Federação de Pescadores, e de algumas instituições públicas (por ex.: EMATER, Polícia Ambiental, Prefeitura).
2. Falta de representatividade; alguns representantes comunitários não são legitimados pela comunidade.
3. Comunicação fraca entre o conselheiro e a sua comunidade ou instituição para difundir o que acontece no conselho; falta capacitação dos conselheiros.
4. Muito tempo sem reuniões nas comunidades.
5. Muita conversa e debate, mas falta resultado; não há execução do planejamento do conselho (as ideias de trabalho não são implementadas).
6. Falta de foco nas discussões.
7. Falta de clareza na comunicação de informação durante as reuniões; os conhecimentos não estão nivelados (por ex.: plano de manejo, leis).
8. Falta de um plano de manejo da unidade e de planejamento de gestão.
9. Parada do conselho logo depois da sua criação, enfraquecendo o interesse das pessoas.
10. Troca muito frequente do gestor da unidade.
11. Equipe gestora pequena.
12. Falta de recursos financeiros.

13. Poucas reuniões, poucos contatos.
14. O ICMBio traz ideias já prontas para consumir nas reuniões ao invés de construir as coisas junto com os conselheiros.
15. Pouca visibilidade do Estado com relação à conservação, discutindo-se temas que não são do conselho (por ex.: eletricidade).
16. Resistência do MOPEAR, sem abertura para o diálogo.
17. Limitações dos gestores para mediar conflitos, e para manter o foco das discussões.

Tanto a representatividade quanto a participação deixam evidentes a complexidade e os desafios relacionados à integração destes dois temas quanto à sua operacionalização. Ainda segundo Trimble (2015), os pontos fortes do COSEC são a disposição e o esforço do ICMBio em enviar os convites e mobilizar os conselheiros; o número de cadeiras e de participantes adequado para o seu funcionamento; a possibilidade dos representantes expressarem seus problemas e questões com as instituições; as discussões nas reuniões permitindo conhecer outros pontos de vista; o trabalho conjunto com o CONAPA de Guaraqueçaba e a execução da pesquisa sobre o caranguejo.

Segundo a percepção de um pescador representante do Mopear, a 9ª reunião do COSEC, que ocorreu em agosto de 2017, pode ser considerada como um marco no movimento de lutas por direitos dos pescadores e pescadoras artesanais na região. Essa percepção decorre do fato de que a pauta incluiu a discussão sobre a elaboração de um documento pelo Mopear, denominado "Protocolo de Consultas dos Pescadores e Pescadoras Artesanais e Caiçaras de Guaraqueçaba", o qual visa orientar um pedido de consulta por parte do governo, empresas, universidades e ONGs. Tal consulta, segundo o protocolo, deverá ocorrer sempre que uma obra ou projeto possa impactar o território desta população. O documento, ainda em fase de construção, se respalda na Convenção 169 da OIT (BRASIL, 2004) e explicita um “passo a passo” da consulta de forma livre, prévia e informada.

C.6 CONAPA – Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba/PR

Criado pelo IBAMA como Conselho Deliberativo através da Portaria nº 65/2002 posteriormente passando a Conselho Consultivo (Portaria 25/2005), em 2005 (BRASIL, 2002; BRASIL 2005; PINHO, 2006). Segundo a instrução normativa 04/2014 referente à implementação e modificação na composição de Conselhos

Gestores de Unidades de Conservação Federais (Processo Administrativo nº 02070.001464/2013-68), capítulo I, artigo 2º, inciso II:

II - Conselho Consultivo: instância colegiada que tem a função de tratar de temas afetos à Unidade de Conservação, subsidiar a tomada de decisão pelo órgão gestor e apoiar as ações de implementação da Unidade, no que couber.

As relações de confiança entre o CONAPA e os representantes comunitários que ali participavam, até o período de 2006, foram marcadas pelo descrédito e desconfiança (PINHO, 2006). Apesar da existência de uma arena de diálogo entre comunitários e órgão ambiental, argumentava-se que não havia a efetividade das ações propostas neste espaço e de possuir um conselho atuante em relação a participação das comunidades, havia um consenso entre os conselheiros nos assuntos decididos de que sem um projeto de apoio às ações não houve resultados práticos levando ao desestímulo de conselheiros. Alguns exemplos extraídos da literatura revisada podem exemplificar a interação entre as comunidades presentes na pesquisa de Pinho (2006) e o Conselho Consultivo da APA:

“Tem horas que você chega a desanimar, porque o desafio é grande. Porque é difícil de conseguir botar em prática alguma coisa. Fazer funcionar alguma coisa que o conselho discutiu. Eu acho que agente precisa de apoio, mais apoio” (conselheiro-pescador *apud* PINHO, 2006, p. 113).

“O cara que tem um embate direto com o agricultor, que tem um embate direto com o pescador, no nosso caso aqui, o caso da pessoa da EMATER que está no campo, essa pessoa tem uma noção da necessidade real do cara, tem uma noção real do que está precisando, só que geralmente esta pessoa não está num cargo que decide. O cara que decide está lá em Curitiba, lá nos grandes centros, em Paranaguá, dentro do escritório, no ar condicionado, e recebendo pressão política de deputado, de não sei quem. Então ele gerencia o seu órgão público de acordo com os seus superiores, e não de acordo com a pessoa que está no campo” (Gerente do IBAMA *apud* PINHO, 2006, p. 114).

(...) existem ainda sérios obstáculos a serem superados. Dentre eles, a vulnerabilidade do CONAPA e do sistema político local em relação aos centros de tomada de decisão em escala estadual e federal - como ficou evidenciado pela decisão federal de restringir o papel deliberativo do conselho. O conselho tem promovido a participação autêntica de representantes das comunidades com base no esforço de seus quadros locais e não enquanto uma diretriz do IBAMA. (PINHO, 2006, p. 120, 123).

C.7 CTP – Câmara Técnica de Pesca

A Câmara Técnica de Pesca (CTP) foi criada em 2004 dentro do conselho gestor da APA e ESEC de Guaraqueçaba e é responsável por tratar dos assuntos

relacionados à gestão dos recursos pesqueiros, com a intenção de reunir os pescadores artesanais, órgãos governamentais, pesquisadores e outros atores para a discussão dos conflitos relativos à pesca do caranguejo (DESTÉFANI, 2014).

“Bem, eu ainda não vi acontecer nada, mas a gente tem uma esperança. Por exemplo, a câmara técnica de pesca, envolve tudo isso, caranguejo, peixe. A gente agora vai querer trabalhar sobre isso né, mudar algumas coisas a respeito de leis, pra ver se ajuda o lado pesqueiro, o lado do pescador. Eu acho que vai dar, vai dar bem” (conselheiro – caranguejeiro *apud* PINHO, 2006, p.113).

Segundo Destéfani (2014), após a criação da CTP houve melhorias na discussão dos temas, possibilitando a geração de aprendizagem social (produção e uso do conhecimento), a formação de redes sociais e o desenvolvimento de habilidades dos atores participantes para se portar durante as discussões. Além disso, as lideranças apresentaram a motivação em participar de reuniões ligadas à pesca ou às UCs, a oportunidade de manifestar os problemas vividos no setor da pesca artesanal e a necessidade de incorporação do conhecimento local nas tomadas de decisão.

Como pontos negativos Destéfani (2014) observou: a assimetria de poder entre os atores participantes, conflitos de interesses, falhas na comunicação, fracas redes sociais e problemas nos processos de tomadas de decisão. As lideranças relataram como pontos negativos a criação de leis restritivas; a falta de representatividade das lideranças; a falta de consideração com os pescadores artesanais; dificuldade dos líderes em conseguir o respeito e reconhecimento dentro da própria comunidade e as falhas na comunicação entre os pescadores. Ainda, as lideranças reconhecem sua falta de legitimidade devido a dificuldade em contatar e reunir os pescadores para a realização do repasse de informações (DESTÉFANI, 2014).

C.8 Colônia de Pescadores de Guaraqueçaba

A Colônia de Pescadores é uma organização formal dos pescadores que tem por função representar os pescadores artesanais; ser órgão empregador do pescador; propor e defender alterações na legislação de pesca; lutar por recursos financeiros para melhorar o setor pesqueiro; participar de reuniões e defender o meio ambiente e a cultura (DESTÉFANI, 2014).

Apesar da exigência de filiação à Colônia como meio para acessar direitos relativos à pesca, incluindo a regularização das documentações, essa entidade é pouco reconhecida pelos pescadores como um espaço de luta por objetivos comuns (PINHO, 2006).

6 DISCUSSÃO

Do período de 2006 até 2016 percebe-se que as relações de confiança entre a comunidade do Almeida e os agentes externos estudados foram conturbadas e marcadas por instabilidades e incertezas, características inerentes aos sistemas socioecológicos (FOLKE, 2006).

De modo geral, na percepção dos pescadores (PINHO, 2006; ARANTES, 2016), as regras instituídas pelos dispositivos legais não consideram a realidade local por eles vivida, sendo preciso conservar o meio ambiente tanto quanto os próprios pescadores.

“Tem que ser preservado, mas não com rigorosidade. O nativo também tem que sobreviver. Só foi visto o lado do Meio Ambiente” (pescador PINHO, 2006, p.103).

Alguns trabalham com lacinho, que na verdade é proibido pelo IBAMA, mas na verdade ela não é uma armadilha que prejudica o mangue, e nem também o caranguejo porque a gente sabe colocar o laço, sabe tirar as fêmeas, os miúdos, agente deixa lá. Pra ela produzir amanhã e depois. Agora, nem todos tem esta consciência... Quer dizer, nós pegamos os miúdos e deixamos lá, pegamos as fêmeas e deixamos lá. E catamos caranguejo, só que não prejudica o mangue, não corta o mangue, não acontece estas coisas, só tira o caranguejo mesmo. Se bem usado ele não prejudica... (caranguejeiro, PINHO, 2006, p. 93).

A criação das UCs estabeleceu leis e restrições deslocadas da realidade local, o que criou uma situação de ressentimento, mágoa, raiva, por vezes, os pescadores não respeitam as regras estabelecidas não reconhecendo as instituições responsáveis pela gestão ambiental (MACEDO, 2008). Tais condições enfraquecem o capital social em relação à conectividade dos comunitários com os órgãos governamentais.

Quanto ao respeito às regras formais estabelecidas, os comunitários percebem estas regras como distantes da realidade em que vivem. Por outro lado, o respeito às regras informais preexistentes pode fortalecer o capital social devido à conciliação do modo de vida tradicional e a gestão do uso dos recursos comuns em área de proteção ambiental integral.

“São leis feitas sem o conhecimento da realidade, fora da realidade, por

peças que não conhecem. Eu acho que se tivesse alguém que conhecesse mesmo a realidade dos pescadores, certamente a lei não era daquele jeito, era de uma forma totalmente diferente” (caranguejeiro, PINHO, 2006, p.104).

A atuação de um agente externo como organização ponte para mediar os diálogos entre os pescadores da comunidade do Almeida e os órgãos governamentais a respeito dos regimentos da pesca do caranguejo teve papel relevante no fortalecimento do capital social. O NESPAMP/CEM/UFPR buscou entender os modos de vida das comunidades pesqueiras do Complexo Estuarino de Paranaguá para auxiliar comunitários e gestores na gestão da atividade pesqueira dentro de AMPs, atuando como organização-ponte na mediação do diálogo entre diferentes atores (DESTÉFANI, 2014; ANDRADE, 2015).

Ainda no que diz respeito às regras formais e informais, nota-se a sobreposição e desencaixe da primeira sobre a segunda. O lacinho, técnica de captura do caranguejo tradicionalmente usada por algumas comunidades do Complexo Estuarino de Paranaguá (CEP) foi proibida pelas portarias do Instituto Ambiental do Paraná 187/2001 e 180/2002 (BRASIL, 2001; BRASIL, 2002a). Essa questão foi tratada em reunião novembro de 2015 entre pescadores, IAP e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ocasião na qual foi proposta a revisão da referida lei com vistas à autorização do uso deste petrecho.

Tal proposta exigiu dos comunitários certo nível de organização e mobilização para levar a cabo a revisão da lei pelos órgãos ambientais. Em termos de formação de capital social, inclusive para o estabelecimento de rede comunitária entre comunidades para debater a questão do lacinho, e o estabelecimento de comunicação efetiva entre comunitários e os órgãos governamentais, esse é um fato importante que pode contribuir com a conectividade tanto local-local quanto local-externo, favorecendo o fortalecimento e ampliação do capital social.

O rodízio relativo ao uso dos mangues expressa confiança e respeito entre os comunitários, ou pelo menos entre parte deles, e constitui-se importante vetor para a formação de capital social relacionado à conectividade intercomunitária.

Foi possível notar que os arranjos institucionais influenciam diretamente na formação do capital social devido ao jogo de interesses envolvidos entre os diferentes atores: comunidades com distintos modos de vidas, ONGs, empresas que atuam na região do município de Guaraqueçaba, instituições de pesquisa e órgãos

de gestão ambiental, para citar alguns.

Outros elementos merecem destaque como ponto positivo para o fortalecimento das redes sociais e, conseqüentemente, fortalecimento de capital social: o MOPEAR na luta pelos direitos dos pescadores artesanais; o esforço por parte do ICMBio e das universidades na implementação de uma gestão pesqueira participativa; o desejo de representantes da comunidade de pescadores de construir parcerias com gestores das unidades de conservação (ARANTES, 2016); e a solicitação de cadeiras para participação no COSEC do presidente da Colônia de Pesca de Guaraqueçaba e de representantes da Federação de Pesca.

Portanto, a influência das conexões ou arranjos institucionais estabelecidos entre a comunidade do Almeida e demais atores, apesar de mostrarem fragilidades ao longo desse período de 11 anos analisados, nota-se também melhorias, ainda que lentas, dos processos de fortalecimento do capital social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um capital social forte surge da mobilização social e ações políticas que exigem olhar para o potencial das pessoas, a fim de desenvolver culturas colaborativas e democráticas. O estudo do capital social neste trabalho teve como intenção suscitar o aprofundamento do tema em trabalhos futuros. Os dados analisados evidenciaram a necessidade de compreender as relações entre sistemas sociais e qualidade ambiental e de vida das comunidades tradicionais, incluindo as condições favoráveis à segurança alimentar e o reconhecimento de que as comunidades tradicionais são patrimônio cultural, amparadas pela constituição federal em seus artigos 215 e 216 e decretos nº 5051/2004, nº 6040/2006 e o decreto nº 8750/2016.

A instabilidade e heterogeneidade inerente das relações da comunidade do Almeida a nível comunidades-comunidades e comunidade-agentes externos (IBAMA, ICMBio, BPamb-FV, NESPAMP, COSEC, CONAPA, CTP e Colônia de Pescadores) com influência direta dos arranjos institucionais, que ora se enfraquece ou fortalece conforme o jogo de interesses dos diferentes atores envolvidos, denota a necessidade do fortalecimento do capital social e a importância de constante avaliação das medidas de gestão pesqueira em AMPs.

Também foi possível notar que a gestão de UC's e da pesca precisa respeitar

as normas e valores locais para convivência respeitosa entre as diferentes culturas ali existentes; realizar troca de experiências com essas comunidades dentro de valores que as permitam constituírem pessoas a atuar na sua realidade através do aprendizado conjunto com os diversos saberes (culturais, científicos, políticos, econômicos), na prática do dia a dia e no processo da fala e da escuta como diz Paulo Freire (1996). Valores esses que compõem o capital social e que demandam um estudo e cuidados aprofundados sobre o papel do diálogo, da confiança e cooperação e o aprender fazendo dentro de um trabalho conjunto entre o governo, comunidades tradicionais e demais atores envolvidos.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AHN, T.; OSTROM, E. Social capital and collective action. In: **The handbook of social capital**, p. 70-100, 2008.
- AMAIR- Associação dos Maricultores de Ilha Rasa. Site Perlas Marinhas Ostras e Frutos do Mar. Disponível: <https://perlasmarinhas.wordpress.com/amair-associacao-dos-maricultores-da-ilha-rasa/> Acesso: 13/11/2017.
- ANDRADE, M. M. **Estratégias adaptativas em um contexto de transformações no espaço e no tempo: o caso da comunidade do Almeida no Complexo Estuarino de Paranaguá**. Monografia (Graduação em Oceanografia). Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná, 2015.
- ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, 1999.
- ARANTES, A. C. V. **Dinâmica atual do conflito entre uso e conservação de recursos pesqueiros na estação ecológica de Guaraqueçaba**. Tese (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, 2016.
- BERKES, F. **Managing small-scale fisheries: alternative directions and methods**. IDRC, 2001.
- BRASIL. **Decreto nº 87.222, de 31 de maio 1982**. Cria as Estações Ecológicas do Seridó, Serra das Araras, Guaraqueçaba, Caracaraí e dá outras providências. 1982. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D87222.htm. Acesso: 13/11/2017.
- BRASIL. **Decreto nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985**. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências. 1985. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90883-31-janeiro-1985-441417-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989.** Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências. 1989. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97688.htm. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.** Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. 1989a. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7735.htm. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000. Disponível: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Portaria IAP nº 187, de 10 de dezembro de 2001.** Proíbe captura, transporte, beneficiamento, industrialização de fêmeas de qualquer tamanho e dos machos menores 7,0 cm de largura de carapaça de caranguejo-uça (*Ucides Cordatus*). 2001. Disponível: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2002/p_iap_187_2001_proibe_captura_caranguejo_u%C3%A7a_menor_07_cm_rvqd_p_iap_180_2002.pdf. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Câmara dos deputados Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. 2002. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Portaria IAP/GP nº 180, ano 2002.** Regulamenta o extrativismo do caranguejo-uça. 2002a. Disponível: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2002/p_iap_180_2002_defesocaranguejo_uca_pr.pdf. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Decreto nº 5051 de 19 de abril de 2004.** Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. 2004. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Portaria IBAMA nº 25, de 28 de abril de 2005.** Altera a natureza do Conselho Deliberativo da APA de Guaraqueçaba que passa a ser de caráter consultivo. 2005. Disponível: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/PT0025-280405>. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Lei nº 11.516 de 28 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de

março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2007. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Portaria nº 3, de 5 de janeiro de 2012.** Cria o Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Guaraqueçaba/PR. Diário Oficial da União. Brasília. 2012. Disponível: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2012/p_icmbio_03_2012_criaconselhoestacaoecologicaguaraquecaba_pr.pdf. Acesso: 13/11/2017.

BRASIL. **Instrução Normativa de 05 de dezembro de 2014.** Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais (Processo Administrativo nº 02070.001464/2013-68). 2014. Disponível: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf. Acesso: 13/11/2017.

BUCO, T. F.; ZADRA, M.; VANDRESEN, J. C. Rede puxirão dos povos e comunidades tradicionais: Na construção da visibilidade social e na luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionalmente ocupados. **Revista Capital Científico-Eletrônica** (RCCe)-ISSN 2177-4153, v. 11, n. 3, p. 143-160, 2013.

CBD-Convention on Biological Diversity. Technical advice on the establishment and management of a national system of marine and coastal protected areas. **Secretariat of the Convention On Biological Diversity (SCBD)**, Technical Series n. 13, 2004.

DESTÉFANI, H. L. **Possibilidades e obstáculos para a consolidação da cogestão adaptativa da pesca artesanal em unidades de conservação no litoral norte do Paraná.** Monografia (Graduação em Oceanografia). Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná, 2014.

DUDLEY, N. **Guidelines for applying protected area management categories.** IUCN (International Union for Conservation of Nature e Union), 2008.

DUMITH, R. C. A importância da gestão compartilhada e das áreas marinhas

protegidas para o sistema socioecológico da pesca artesanal: o caso das reservas extrativistas marinhas. **GeoTextos**, v. 8, n. 2, p. 97-121, 2012.

FAO - Food and Agriculture Organization. **Directrices voluntarias para lograr la sostenibilidad de la pesca en pequeña escala en el contexto de la seguridad alimentaria y la erradicación de la pobreza**. ISBN 978-92-5-308704-4. 2015

FARACO, L.F.D. **Vulnerabilidade de pescadores paranaenses às mudanças climáticas e os fatores que influenciam**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, 2012.

FARO, A. R. **Orientações para o desenvolvimento de Acordos de Manejo de Recursos Naturais em Áreas Protegidas: ferramentas e práticas**. Tese (Mestrado em Gestão de Áreas Marinhas Protegidas da Amazônia). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2012.

FOLKE, C.; AHN, T.; OLSSON, P.; NORBERG, J. Adaptive governance of social-ecological systems. **Annual review of Environment and Resources**, v. 30, p. 441-473, 2005.

FOLKE, C. Resilience: The emergence of a perspective for social-ecological systems analyses. **Global Environmental Change**, v. 16, n. 3, p. 253–267, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

HIGGINS, S. S. **O capital social está na moda: análise para sua reconstrução teórica**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. 2003.

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; PNMA-Plano Nacional do Meio Ambiente; Plano de gestão ambiental da APA de Guaraqueçaba. IBAMA/SEMA-PR, Curitiba, 1995.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Site Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível: <http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstituio>. Acesso: 13/11/2017.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 41-64, 2005.

MEDEIROS, R. P. **Possibilidades e obstáculos a co-gestão adaptativa de sistemas pesqueiros artesanais: estudo de caso na área da Baía de Tijucas, litoral centro-norte do estado de Santa Catarina, no período de 2004 a 2008**. Tese (Doutorado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

MMA-MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Conflitos: estratégias de enfrentamento e mediação**. Projeto de Cooperação Técnica BRA/ IICA/09/005

– EDUCAÇÃO AMBIENTAL – EEN- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Série Educação Ambiental em Unidades de Conservação, Caderno 4, 2015.

NESPAMP. Site **NESPAMP Núcleo de Estudo em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas**. Disponível: <http://nespamp.wixsite.com/nespamp>. Acesso: 31/10/16

NETO, E. C. N.; MESSERSCHIMIDT, N. M.; STEENBOCK, W.; MONNERAT, P.F.. Agroflorestando o mundo de facção a trator- gerando práxis agroflorestal em rede (que já une mais de mil famílias camponesas). **Projeto Agroflorestar. Coopera Floresta – União de gentes e natureza**. Petrobrás. 2016

OSTROM, E; AHN. T.K. The meaning of social capital and its link to collective action. **Workshop in Political Theory and Policy Analysis**. Indiana University, 513 North Park, Bloomington, IN 47408-3895 USA, 2007.

PAULA, G. S. **Dimensões Humanas das Áreas Marinhas Protegidas: o caso da pesca de caranguejo uçá (Ucides cordatus) em uma região de manguezais do sul do Brasil**. Monografia (Graduação em Oceanografia). Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná, 2014.

PINHO, M. S. S. **Sistemas de gestão em unidades de conservação: o caso dos manguezais da APA de Guaraqueçaba/PR**. Tese (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

PMPR-Polícia Militar do Paraná. Site Secretaria da Segurança Pública do Paraná. Disponível: <http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=37>. Acesso: 13/11/2017.

ROCHA, A. C. **Cercamentos ambientais: modos de uso dos recursos e conflitos socioambientais no estudo do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

ROCHADELLI, R. et al. Restrições e impactos da legislação ambiental no município de Guaraqueçaba, PR. **Floresta**, v. 43, n. 3, p. 495-502, 2013.

SAMPAIO, C. P. S. Comunidades rurais na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba: análise de agrupamentos hierárquicos. XI Encontro Regional de Economia - **ANPEC-Sul**. 2008

SOCMON. Site Brasil SocMon. Disponível: <https://www.socmonbrasil.org/> . Acesso: 13/11/2017.

TEIXEIRA, C. O Processo (Social) de Proteção Ambiental em Guaraqueçaba: uma contribuição da análise sociológica ao conhecimento da relação entre a sociedade e o meio ambiente. In: **GT Relações Sociais e Meio Ambiente. XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Campinas: UNICAMP. 2003.

TEIXEIRA, C. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a

naturalização. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 20, n. 59, 2005.

TRIMBLE, M. **Devolutiva da Avaliação do Conselho da ESEC de Guaraqueçaba.**

In: Projeto de Avaliação da co-gestão adaptativa para uma melhor governança da pesca artesanal na costa do Paraná (Brasil) e Uruguai. Pesquisa de pós-doutorado. Fontes de financiamento: CAPES-PNPD (Brasil); IDRC-LACREG (Canadá); ESRC-Brock (Canadá), 2015.

WATSON, J. E., DUDLEY, N., SEGAN, D. B., HOCKINGS, M. The performance and potential of protected areas. **Nature**, v. 515, n. 7525, p. 67-73, 2014.

ZANONI, M. M. *et al.* Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 2, 2000.

9 ANEXOS

9.1 Relato da reunião 15/10/2015

Relato da reunião na comunidade do Almeida,
15 de outubro de 2015.

A conversa se inicia com a interação com alguns pescadores nos arredores do Bar do Tião, enquanto a turma se organizava para assistir a reunião. Rodrigo chama todo mundo para iniciar a reunião e aos poucos os pescadores começam a se aglomerar.

Rodrigo começa falando sobre o contexto geral da pesquisa e a oportunidade de inserir a discussão do caranguejo na reunião sobre o cerco, com o IAP e IBAMA. Explica sobre o contexto de sobreposição de leis e sugere que uma proposta de revisão da lei seja construída, visando gerar um acordo para liberar o lacinho para a próxima temporada.

Rodrigo fala sobre os resultados das pesquisas realizadas e a identificação da demanda de proibir a pesca durante o período da andada e liberar a utilização do lacinho. Seu Tião concorda com a ideia e vários pescadores se manifestam a respeito. Seu Versi discorda e argumenta que a proibição da andada pode gerar um conflito ainda maior, por envolver outras comunidades. Outros pescadores falam sobre a incerteza da andada, que pode ou não acontecer nas datas previstas de lua, bem como durar de 2 a 4 dias, o que representaria muitos dias sem poder pescar.

Rodrigo ressalta que o acordo precisa ser uma decisão comum a todos os usuários. Alguns pescadores falam sobre a importância de proibir a andada no que se refere à pescadores externos que pescam caranguejo essencialmente nessas épocas.

Rodrigo e Tião sugerem escrever o documento de pedido de revisão de lei, revisar o documento junto à comunidade, recolher assinaturas e levar o documento para a defensoria pública.

A aglomeração de pessoas aumenta muito. O pessoal começa a dispersar e discutir entre si. Volta o assunto de o acordo afetar outras comunidades e a necessidade de discutir isso com todos os envolvidos. Alguns pescadores falam que a maior demanda de Curitiba para a compra de caranguejos é justamente na época

da andata. A filha da Dona Santina fala sobre a pesquisa de mapeamento e distorce os resultados dizendo que identificamos as áreas de pesca justamente para proibir os pescadores de usar esses locais.

Começa uma discussão sobre a liberação do lacinho e sobre o não sabemos de todas as comunidades que utilizam da mesma técnica, logo não estaria certo fazer uma autorização de uso do lacinho só para alguns. Pedem por uma reunião que inclua outras comunidades. Rodrigo fala que antes de tudo, o Almeida precisa ter uma decisão comum e pede para que se organizem e apresentem uma proposta para as outras comunidades. O pessoal concorda e Rodrigo encerra a reunião. A grande maioria das pessoas dispersa, porém, um grupo de pescadores se forma ao lado do bar para falar sobre a reunião e já começar a discutir a proposta. Fim da visita.

9.2 Relato da reunião 15/12/2016

Relatório da reunião realizada na comunidade Sebuí,
15 de dezembro de 2016.

A pauta da reunião do dia 15/12/2016 foi a captura do caranguejo-uçá por meio do uso da técnica lacinho durante a safra 2016/2017, referente à permissão do experimento. Participaram da reunião os representantes: de nove comunidades (Varadouro, Vila Fátima, Sebuí, Canudal, Barbados, Bertioga, Tibicanga, Guapicum e Rita), do ICMBio e do CEM/UFPR.

O representante do ICMBio propôs realizar um estudo para avaliar a possibilidade de ser autorizada a pesca do caranguejo utilizando a técnica do lacinho. A proposta abrangeria conhecer a dinâmica da pesca do caranguejo-uçá com o uso da técnica do lacinho; quem pesca; a área em que ocorre a pesca; e os impactos positivos e negativos da pesca do caranguejo. Essa avaliação teria como prioridade as comunidades que vivem nas UCs e/ou em seu entorno cuja renda principal é a pesca do caranguejo, podendo ser extendida para comunidades que vivem nas UCs e/ou em seu entorno e que possuem a pesca do caranguejo como renda complementar. Para que a concessão da autorização pudesse ocorrer seria necessário compreender como a pesca do caranguejo afeta as UCs para a avaliação do uso da técnica do lacinho nas seguintes situações: 1.somente para as

comunidades que possuem como renda principal a pesca do caranguejo e vivem nas UCS e/ou em seu entorno; 2. para as comunidades que tem como renda principal e estendida as demais comunidades residentes dentro e no entorno das UCs; 3. ou ainda não seria concedida a autorização valendo a proibição do uso da técnica do lacinho. A proposta não seria a liberação da pesca do caranguejo, mas sim a autorização para residentes das UCs preferencialmente minorias em situação de vulnerabilidade.

No entendimento dos representantes das 9 comunidades presentes na reunião, o experimento teria por objetivo a liberação da pesca do caranguejo sendo permitido a extração do caranguejo em qualquer local o que levaria a prejudicar os mangues. Alegaram ainda, que o local onde foi realizada a pesquisa não havia mais caranguejo e que não se pensou no futuro, uma vez que, na percepção dos representantes dessas comunidades, os pescadores da comunidade do Almeida (que fez parte inicialmente do experimento) extraem caranguejos miúdos e as fêmeas presas no lacinho são deixadas no mangue.

9.3 Relatório da 9ª reunião do COSEC de Guaraqueçaba 11/08/2017

Relatório da 9ª reunião do Conselho da ESEC de Guaraqueçaba
11 de agosto de 2017.

A reunião contou com a presença dos conselheiros representantes do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (MOPEAR); de organizações não governamentais (ONGs)- Mater Natura, Associação Mar, Brasil, SPVS; Observatório de Conservação Costeira do Paraná; Polícia Ambiental de Guaraqueçaba; Instituto Raiz Ambiental; Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Guaraqueçaba; Associação de moradores de Mariana; comunidade Almeida; pesquisadores da UFPR.

A pauta da reunião foi a construção de um protocolo de consulta para a orientação de pedidos de consultas por parte do governo, empresas, universidades e ONGs sempre que houver obras ou projetos que possam impactar os modos de vida das comunidades solicitado pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (MOPEAR) ao ICMBio em reunião na comunidade Tibicanga.

O representante do ICMBio explica que a ideia do protocolo surgiu com a

convenção internacional da OIT 169, do qual o Brasil é signatário e assegura vários direitos, principalmente direitos humanos. Qualquer norma presente em documentos que fale de direitos humanos possui o estado supralegal, ou seja, vale mais do que as nossas leis. Fala de direitos sociais, culturais e incentiva a redução de desigualdade. Essa convenção publicada no Brasil em 2004 e fomentou o surgimento de normas semelhantes aos grupos citados na convenção; influenciou um decreto, muito citado pelas comunidades, conhecido como Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais 6040/2007 também, assegura uma série de direitos: territórios, reconhecimento cultural, de práticas, ou seja, há uma convenção supralegal e uma política nacional que asseguram direitos. E um dos direitos é o direito de uso a áreas naturais protegidas, regulamentado internamente no ministério federal por meio da instrução normativa 26/2012 que trata dos termos de compromisso. Existe uma certa evolução dos direitos dos povos e comunidades tradicionais a partir de 2004, decreto 6040/2007 e instrução normativa 26/2012, direitos humanos; de acesso aos recursos; a redução da desigualdade; a ser ouvido; e um direito que o MOPEAR tem batido muito na tecla é o direito a consulta prevista na convenção OIT 169.

O ICMBio acredita que a consulta a comunidade é algo importante. Significa consulta, boa fé, o diálogo e o respeito ao tempo de formação de opinião dos comunitários. O ICMBio, atua seguindo o direito previsto no decreto 6040/2007 inclusive ao uso dos recursos naturais e em unidades de proteção integral via termo de compromisso. Os processos de construção de acordos são realizados conforme a instrução normativa IN26/2012 que segue o decreto 6040/2007 e a OIT169 em que não fala de consulta, mas de um passo a passo a ser seguido.

Um conselheiro pescador fala que a consulta é fundamental para que os acordos possam acontecer.

O representante do ICMBio explica que o protocolo é um orientador para uma ação concreta por exemplo um plano de pesquisa para a pesca do caranguejo deverá seguir o protocolo. O desafio é tentar compatibilizar a lógica de trabalho do ICMBio com os anseios das comunidades.

Representante Mater Natura procura mostrar que a consulta é uma etapa da gestão participativa.

Representante da Secretaria e Planejamento da Prefeitura ressalta a importância da união devido a um inimigo comum o agronegócio.

Representante do NESPAMP/CEM/UFPR fala a respeito do reconhecimento da exclusão existente no litoral do Paraná, do direito a consulta pelos comunitários que perdura mais de 30 anos e para haver igualdade se faz necessário consulta-las e envolve-las nos processos de tomadas de decisão. Fala da importância em deixar de trazer coisas prontas. As comunidades criaram seu próprio mecanismo de interação e participação e envolvimento na tomada de decisão. É preciso aprender a fazer gestão participativa com as comunidades, aprender a fazer gestão participativa, a sentar junto e a construir esse raciocínio. Ter o cuidado que ao aceitar o protocolo de consulta e os instrumentos propostos, não tira o nosso dever de criar uma gestão participativa plena e que as coisas precisam ser construídas desde o início. O que pode ser preocupante em relação ao protocolo de consulta (não que ele seja bom ou ruim) é que se crie na cabeça dos não comunitários que se possa chegar com coisas prontas para começar a discutir. É preciso ter a paciência de aprender a falar com os comunitários e criar uma forma de diálogo que eles entendam a proposta. O representante alerta para que não se crie o entendimento de que o protocolo de consulta dá espaço para chegar com coisas prontas, porque o direito a participação é anterior e é fundamental ter claro.

Representante da UFPR chama a atenção para a compreensão do problema e a sua identificação para daí buscar soluções.

Representante do MOPEAR diz que essa reunião representa um marco na luta pelos direitos dos pescadores e pescadoras artesanais por incluir na pauta a discussão do protocolo solicitada pelo movimento e dar a oportunidade de serem ouvidos.

Depois de feito os apontamentos pelos representantes foram formados grupos para analisarem a forma como o ICMBio opera em suas ações e a proposta de protocolo feita pelo MOPEAR de forma a construir um protocolo que compatibilize as duas propostas. Devido ao mau tempo foi sugerida a continuidade da reunião em outro dia. Foi formado grupo de trabalho para a construção do protocolo e ficando para ser marcada a continuação da reunião.

9.4 Relatório da 9ª reunião do COSEC de Guaraqueçaba 31/08/2017

Relatório da 9ª reunião do Coselho da ESEC de Guaraqueçaba,
31 de agosto de 2017.

Participaram da reunião representantes do ICMBio; Secretaria Municipal de Pesca de Guaraqueçaba; comunidade Taquanduva; Mater Natura; Mar Brasil; CEM/UFPR; UTFPR; Prefeitura Municipal da Secretaria do Meio Ambiente; Polícia Ambiental de Guaraqueçaba; Reserva Biológica Bom Jesus; SPVS; Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MOPEAR); comunidade Bertioga; comunidade Barbados; Associação de moradores de Barbados.

Representante do ICMBIO retoma o que foi discutido na reunião anterior: a construção do protocolo de consulta solicitado pelo MOPEAR .

A pauta dessa reunião é o termo de compromisso principalmente em relação a pesca do caranguejo que faltou discutir na reunião passada por conta do mau tempo e o protocolo do MOPEAR que se insere em uma determinada etapa.

Representante do ICMBio explica o que é o termo de compromisso e para que serve, antes fala sobre o conflito que ocorre na ESEC de Guaraqueçaba. Há uma estação ecológica criada em 1982 (mais de 30 anos) e essa categoria não permite nenhum tipo de uso, mas as comunidades locais de pescadores artesanais fazem uso histórico dessa unidade. Em um período mais recente houve a intensificação do seu uso em função do esgotamento de outros recursos, porém seu uso sempre existiu. Há um conflito entre uma unidade que não permite nada e várias comunidades de pescadores artesanais que fazem esse uso. Essas comunidades de pescadores são consideradas pela legislação nacional como comunidades tradicionais que possuem direitos específicos em uma série de normas e instrumentos legais como a OIT 169, o Decreto 6040. E esses direitos possuem formas de acessadas. Quando o direito das comunidades entra em conflito com o direito a existência de uma estação ecológica, há um conflito de normas. Como tratar esse conflito? A legislação prevê um instrumento chamado termo de compromisso. O termo de compromisso é um direito das comunidades tradicionais pela lei do SNUC quando as comunidades são afetadas pela criação de unidades de conservação elas possuem o direito a fazer uso das unidades segundo algumas normas previstas em lei. É um direito que possui formas de serem acessadas, exigem algumas condições. O termo de compromisso serve para estabelecer como um direito pode ser acessado. Outro aspecto do termo de compromisso é que ele é transitório sem um consenso da durabilidade do termo de compromisso. O termo de compromisso é um direito transitório, não é para todos, é sim para as comunidades tradicionais e possui deveres que são garantidos por acordos de forma a garantir a

existência de unidades de conservação (parque e estação ecológica) e os modos de vida das comunidades tradicionais que dependem da pesca para sobreviver. O termo de compromisso pode propor algumas soluções ou contingências (soluções temporárias para algo sem solução) para os conflitos, porém não é imediata e sim construção ao longo do tempo. Propõe acordos para que se possa conviver de forma harmoniosa até que encontre uma solução mais duradoura.

O termo de compromisso possui etapas que fazem parte da sua formação.

A etapa 0- Existência do problema. Na estação ecológica existe o problema da pesca do caranguejo.

Etapa 1- caracterização do problema. No caso da pesca do caranguejo foi realizada desde 2013 até 2015 pela ufpr e chefe anterior da ESEC, principalmente por pessoas que dependem do recurso.

Etapa 2- diferenciação dos pescadores que possuem direito ao termo de compromisso. Não é todo pescador profissional que possui o direito. O direito é somente para os pescadores artesanais residentes no entorno da estação. Isso é feito por meio de um cadastro.

Etapa 3- pactuar regras e acordos que devem ser construídas junto as comunidades, por sugestão das próprias comunidades. E dentro dessa etapa faz parte o protocolo que o MOPEAR sugeriu.

Na interpretação do ICMBio quem faz esses protocolos é o governo com contribuição do grupo.

É preciso ser debatido a pesca no período da andada, a questão do lacinho, áreas de exclusão (como será delimitado), definir as obrigações do ICMBio (fiscalização e o respeito ao nativo) e do pescador (não deixar lacinho no mangue, não pescar fêmeas...). Essas obrigações são direitos para poucos.

A mudança de categoria, devido ao momento político não está sendo cogitada. A proposta é permanecer com os parques e estações de maneira controlada com compensações.

Etapa 4- Assinatura e adesão ao termo de compromisso.

Depois dessa etapa precisa haver monitoramento e pesquisa para saber se as pessoas estão seguindo, fazer avaliação dos estoques... Com informações, dados consegue-se propor melhores soluções.

Foram discutidas situações conflitos entre os pescadores, entre pescadores e leis e a sobreposição de leis sendo necessário e urgente a realização de acordos.

E ao fim da reunião rever os estudos feitos a respeito da pesca de caranguejo, trazer outros assuntos, trazer exemplos e experiências de termos de compromisso e o acompanhamento dos grupos de trabalho.